

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

BRUNO VICENTE DOS PASSOS

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

**ESTUDO SOBRE A GEOGRAFIA DA FOME: GENTE, TÔ FICANDO
IMPACIENTE!**

**PRESIDENTE PRUDENTE - SP
2022**

BRUNO VICENTE DOS PASSOS

ESTUDO SOBRE A GEOGRAFIA DA FOME: GENTE, TÔ FICANDO IMPACIENTE!

Trabalho Final de Graduação em Geografia, apresentado à Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Presidente Prudente/SP, para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol

PRESIDENTE PRUDENTE - SP

2022

P289e

Passos, Bruno Vicente dos

Estudo sobre a Geografia da Fome : Gente, tô ficando impaciente! /
Bruno Vicente dos Passos. -- Presidente Prudente, 2022
78 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e
Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Geografia da Fome. 2. Segurança Alimentar. 3. Políticas
Públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BRUNO VICENTE DOS PASSOS

ESTUDO SOBRE A GEOGRAFIA DA FOME: GENTE, TÔ FICANDO IMPACIENTE!

Trabalho Final de Graduação em Geografia,
apresentado à Faculdade de Ciências e
Tecnologia - Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho - Presidente
Prudente/SP, para obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA:

Membros:

Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol
FCT - UNESP - Presidente Prudente

Me. Ozileide Matos da Silva
FCT - UNESP - Presidente Prudente

Dra. Larissa Araújo Coutinho de Paula
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Presidente Prudente/SP, 12 de março de 2022

AGRADECIMENTOS

A finalização deste projeto de pesquisa, apenas foi possível com apoio de muitas pessoas em diferentes aspectos. É em reconhecimento a essas contribuições que dedico os agradecimentos:

Primeiramente, agradeço aos meus pais, minha mãe, Luciane, e meu pai, Fernando, cujo incentivo e o investimento, me conduziram ao caminho do ensino superior, provocando uma maravilhosa transformação em minha vida.

Agradeço imensamente a minha companheira, Nayara, pelo seu carinho e sua paciência enquanto desenvolvia a pesquisa.

Agradeço aos meus amigos, Daniel, Eduardo, Felipe, João, Lucas, Marcelo, Matheus e Yan, não apenas pelas discussões, trocas de ideias e materiais, mas principalmente pelos momentos de descontração e alegria que passamos nos últimos anos.

Agradeço a Profa. Dra. Maria Encarnação, Profa. Dra. Eda, o Prof. Dr. Eliseu e o Prof. Dr. Everaldo, pois, foram as oportunidades que abriram, que me inseriram no mundo acadêmico. Agradeço pelas orientações, materiais didáticos e o incentivo de sempre.

Agradeço o Prof. Dr. Nivaldo, a Profa. Ozileide e a Profa. Graziella pela participação na banca de colóquio do projeto de TCC. Suas sugestões foram essenciais para o aprimoramento do trabalho final. Agradeço também a Dra. Larissa, que aceitou participar da banca de defesa deste trabalho.

Enfim, dedico um agradecimento especial para a Profa. Dra. Rosângela, que acolheu e orientou meu projeto de pesquisa, dando liberdade para que desenvolvesse minhas ideias, sempre contribuindo com materiais e sugestões. Seu apoio viabilizou a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho apresenta a trajetória quanto às políticas, pesquisas e iniciativas de diversas naturezas, voltadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil. O trabalho percorre aproximadamente 75 anos de história, desde a publicação do primeiro exemplar de Geografia da Fome, por Josué de Castro em 1946, até a crise sanitária causada pela *Covid-19 (Sars-Cov-2)*, construindo uma análise crítica sobre a temática. Entre os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho, foram feitas pesquisas bibliográficas em indexadores acadêmicos, coleta de informações em indexadores de notícias, organização de um banco de informações e a elaboração de cartogramas. Os resultados demonstram os principais pontos altos, como a adoção de políticas públicas voltadas à segurança alimentar, ao fortalecimento da agricultura familiar e a cidadania, e os baixos, tais como a tentativa de evitar o debate sobre a fome e o desemprego durante os governos militares, ou mais recente, o avanço das agendas neoliberais, como estratégias que vão no sentido contrário ao enfrentamento da problemática no país.

Palavras-chave: fome; segurança alimentar; política pública; Brasil.

ABSTRACT

This work presents the trajectory of policies, research and various initiatives aimed at food and nutrition security in Brazil. The work goes through approximately 75 years of history, from the publication of the first issue of *Geografia da Fome*, by Josué de Castro in 1946, to the health crisis caused by *Covid-19 (coronavirus disease)*, elaborating a critical analysis on the subject. Among the methodological procedures used in the work, bibliographic research was carried out in academic indexers, information collection in news indexers, organization of an information bank and the elaboration of cartograms. The results demonstrate the main highs, such as the adoption of public policies aimed at food security, strengthening family farming and citizenship, and lows, such as the attempt to avoid the debate on hunger and unemployment during the military governments, or more recently, the advance of neoliberal agendas, as strategies that go in the opposite direction to facing the problem in the country.

Keywords: hungry; food security; public policy; Brazil.

RESUMEN

Este trabajo presenta la trayectoria de políticas, investigaciones e iniciativas de diversa índole, dirigidas a la seguridad alimentaria y nutricional en Brasil. La obra recorre aproximadamente 75 años de historia, desde la publicación del primer número de *Geografia da Fome*, de Josué de Castro en 1946, hasta la crisis sanitaria provocada por la *Covid-19 (coronavirus disease)*, construyendo un análisis crítico sobre el tema. Entre los procedimientos metodológicos utilizados en el trabajo se realizó la búsqueda bibliográfica en indexadores académicos, recolección de información en indexadores de noticias, organización de un banco de información y elaboración de cartogramas. Los resultados muestran los principales puntos altos, como la adopción de políticas públicas dirigidas a la seguridad alimentaria, el fortalecimiento de la agricultura familiar y la ciudadanía, e bajos, como el intento de soslayar el debate sobre el hambre y el desempleo durante los gobiernos militares, o más recientemente, el avance de las agendas neoliberales, como estrategias que van en contra del problema del país.

Palabras-clave: hambre; seguridad alimentaria; política pública; Brasil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais produtos agrícolas do Brasil (1990/91 - 2020/21).....	44
Gráfico 2: Registro de agrotóxicos nas últimas duas décadas (2000 - 2020).....	50
Gráfico 3: Insegurança alimentar no Brasil ao longo da pandemia da Covid-19.....	52

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Betinho na Campanha Natal Sem Fome de 2017.....	35
Figura 2: Garoto comendo o “rebengo”, Guaribas/PI. 2003.....	41

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Áreas alimentares do Brasil (1946).....	21
Mapa 2: Principais carências nutricionais existentes nas diferentes áreas alimentares no Brasil (1946).....	22
Mapa 3: Mapa global da fome (2015) - FAO.....	38
Mapa 4: Principais entidades envolvidas em campanhas de segurança alimentar durante a pandemia (03/2020 - 09/2021).....	55
Mapa 5: Principais doações em campanhas de segurança alimentar durante a pandemia (03/2020 - 09/2021).....	56
Mapa 6: Número de notícias registradas sobre as campanhas de segurança alimentar durante a pandemia (03/2020 - 09/2021).....	57
Mapa 7: Relação entre o total de notícias das campanhas de segurança alimentar durante a pandemia (03/2020 - 03/2021) e a população de cada estado (2020).....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro (2000/2010).....	45
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSM: Brasil sem Miséria

CEASA: Central de Abastecimento

COBAL: Companhia Brasileira de Alimentos

CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CUFA: Central Única das Favelas

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENDEF: Estudo Nacional da Despesa Familiar

FAO: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INAN: Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

INPS: Instituto Nacional da Previdência Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCMV: Minha Casa Minha Vida

MEI: Micro Empreendedor Individual

MP: Medida Provisória

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ODM: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PAT: Programa de Alimentação do Trabalhador

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PGPAF: Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNIAM: Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno

PNME: Programa Nacional de Merenda Escolar

POF: Pesquisa de Orçamentos Familiares

PPI: Preço de Paridade de Importação

PRODEA: Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAN: Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PROUNI: Programa Universidade para Todos

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSE: Programa de Saúde Escolar

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

SAPS: Serviço de Alimentação da Previdência Social

SINAC: Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento

SUNAB: Superintendência Nacional de Abastecimento

SUS: Sistema Único de Saúde

TCU: Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. COM A BARRIGA VAZIA NÃO CONSIGO DORMIR.....	20
3. GENTE É PRA BRILHAR, NÃO PRA MORRER DE FOME.....	26
4. TEM BARRIGA VAZIA FAZENDO CHORAR.....	31
5. A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA.....	37
6. POR SORTE, VOCÊS NÃO DESTRUÍRAM O HORIZONTE AINDA.....	48
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS.....	73
APÊNDICE I: VOLUME DE NOTÍCIAS COLETADAS POR UNIDADES FEDERATIVAS.....	74

1. INTRODUÇÃO

O título da pesquisa “Estudo sobre a Geografia da Fome” com o subtítulo: “*Gente, tô ficando impaciente!*”, faz alusão à canção “Fome Come”, do grupo Palavra Cantada, que é exibido na TV Cultura desde a década de 1990. Tom Zé também já representou a impaciência causada pela fome ao imaginar que poderia não almoçar um dia em sua vida, no texto “Costume de Comer” (2003). Verifica-se, assim, como esse tema e problema – a fome - se constitui como relevante no período atual. Isso porque, a fome se mantém como principal motivo de insegurança alimentar para muitas famílias no mundo. O caso brasileiro não é diferente.

Embora atualmente o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda não fomos capazes de erradicar a fome. “Enquanto metade da população não come, a outra metade não dorme com medo da que não come”, afirmou Josué de Castro (1984, p. 14), pensando a geopolítica da fome, pois a fome não seria resultado do Malthusianismo, mas uma estratégia de controle social.

Antes do surgimento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 1945, quase que, concomitantemente à publicação da primeira edição de Geografia da Fome (1946), pelo médico e sociólogo, Josué de Castro, não existiam políticas direcionadas à segurança alimentar no país. Nesse período havia um predomínio da população rural e mantinham-se muitas práticas derivadas do colonialismo, onde as famílias produziam alimentos para a subsistência nas terras em que trabalhavam (cedidas por empregador) sem serem proprietárias. Durante a Segunda Guerra Mundial e ao longo do pós-guerra, o Brasil exportou alimentos para a Europa, ao mesmo tempo em que existiam regiões de fome endêmica pelo país (CASTRO, 1984; BELIK, SILVA, TAKAGI, 2001).

O problema da fome, que foi escondido durante os governos militares, reaparece ao final da década de 1980, com expoentes como Herbert de Souza (Betinho) e sua campanha: “A fome não pode esperar”. Surgem em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), pacto estabelecido entre os países da Organização das Nações Unidas (ONU), que visava a redução da desigualdade

social, destacando-se entre seus objetivos “Acabar com a fome e a miséria” (ODM Brasil, 2021). Em 2012, um novo pacto foi estabelecido, constituindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre os 17 objetivos colocados, o ODS-2 propõe “Fome Zero”. (PACTO GLOBAL, 2021).

O programa Fome Zero surgiu no Brasil em 2003 com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A implantação de tal programa atingiu milhões de famílias com diferentes modalidades de auxílios através de programas de assistência social. Em 2014 o Brasil saiu do mapa da fome publicado pela ONU (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2014).

Recentemente, o encerramento e a restrição de políticas voltadas à agricultura familiar, ao pequeno produtor e a assistência social no país, ameaçam a condição de segurança alimentar, fato que vem se agravando com a pandemia causada pela *Covid-19 (Sars-Cov-2)*. De acordo com os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, ao menos 19 milhões de brasileiros enfrentam situações de fome no país. (PENSSAN, 2021, p. 35)

A idealização desse projeto de pesquisa se constituiu a partir da representação feita por Castro, de que “a fome é um tema tão delicado e perigoso a ponto de ser um tabu de nossa civilização” (1984, p. 19). Vê-se uma problemática quando se estuda a temática, ligada à nossa capacidade de produção, escoamento e abastecimento, onde há uma contradição.

Na atualidade, a produção se inclina ao mercado, não à segurança alimentar da população. Logo vê-se a necessidade de uma leitura ampliada sobre o tema, para a construção de uma sistematização histórica que envolverá as produções acadêmicas, políticas públicas e entidades da sociedade civil cujas ações são direcionadas à segurança alimentar e nutricional. Defendo a necessidade do enfrentamento a este tabu propondo uma reflexão teórica e crítica através da pesquisa, com uma análise para o período mais recente, que envolve a crise sanitária causada pela *Covid-19*. Esse período requer um estudo envolvendo

metodologias quantitativas e qualitativas que contribuam na representação da atual conjuntura de fome no país.

O objetivo da pesquisa foi identificar e analisar como o Estado brasileiro abordou a temática da Geografia da Fome no Brasil em diferentes períodos, e seus efeitos sobre a implantação de políticas públicas e iniciativas da sociedade civil para a mitigação da problemática. Portanto, os períodos considerados foram:

- Entre 1946 e 1964: da publicação da primeira edição de Geografia da Fome até início do regime militar;
- Entre 1964 e 1984: eventos que ocorreram ao longo do regime militar;
- Entre 1985 e 2002: fim do regime militar até o final do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB);
- Entre 2003 e 2016: governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT);
- Entre 2016 e 2021: avanços da política neoliberal e crise sanitária.

A execução da pesquisa se iniciou com levantamentos em indexadores acadêmicos e a sistematização de um conjunto de obras, determinando não apenas os preceitos fundamentais para as etapas de trabalho, mas contribuindo com construção da argumentação ao longo dos capítulos. Ademais, toda síntese histórica da pesquisa, é fundamentada sobre os referenciais teóricos utilizados para a pesquisa.

Aspirando atingir o objetivo da pesquisa, duas frentes metodológicas foram delimitadas para a organização do trabalho. Essas frentes envolvem uma combinação de procedimentos quantitativos e qualitativos, tratando-se do banco de dados e da cartografia.

As pesquisas em acervos digitais foram central na pesquisa, consistindo na utilização das ferramentas digitais para reunir informações, acessar indexadores acadêmicos, estabelecer contatos, reunir informações, notícias, políticas públicas e dados sobre ações voltadas à segurança alimentar. O banco de dados teve a

finalidade de organizar os materiais adquiridos e produzidos ao longo da pesquisa, reunindo não apenas as bibliografias, mas também dados de indicadores socioeconômicos.

O trabalho destaca os principais expoentes e as principais políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil. Desse modo, o primeiro capítulo (Com a barriga vazia não consigo dormir) percorre o início do debate no país, tendo como principal expoente Josué de Castro, sua obra e atuação política.

O segundo capítulo (Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome) apresenta as principais políticas públicas e sua intencionalidade ao longo da ditadura militar brasileira (1964 - 1985).

O terceiro capítulo (Tem barriga vazia fazendo chorar) atravessa o final da ditadura, evidenciando o restabelecimento das vias democráticas, a retomada dos debates sobre a fome e o desemprego, e o surgimento de um novo expoente, Herbert de Souza.

O quarto capítulo (A gente não quer só comida) concentra a análise nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003 - 2016), com destaque para os resultados do Programa Fome Zero.

O quinto capítulo (Por sorte, vocês não destruíram o horizonte ainda), verifica os efeitos para a segurança alimentar e nutricional no país, frente a mudança no paradigma político nacional para um modelo neoliberalista, associado a ocorrência da crise sanitária, provocada pela pandemia da *Covid-19*.

2. COM A BARRIGA VAZIA NÃO CONSIGO DORMIR

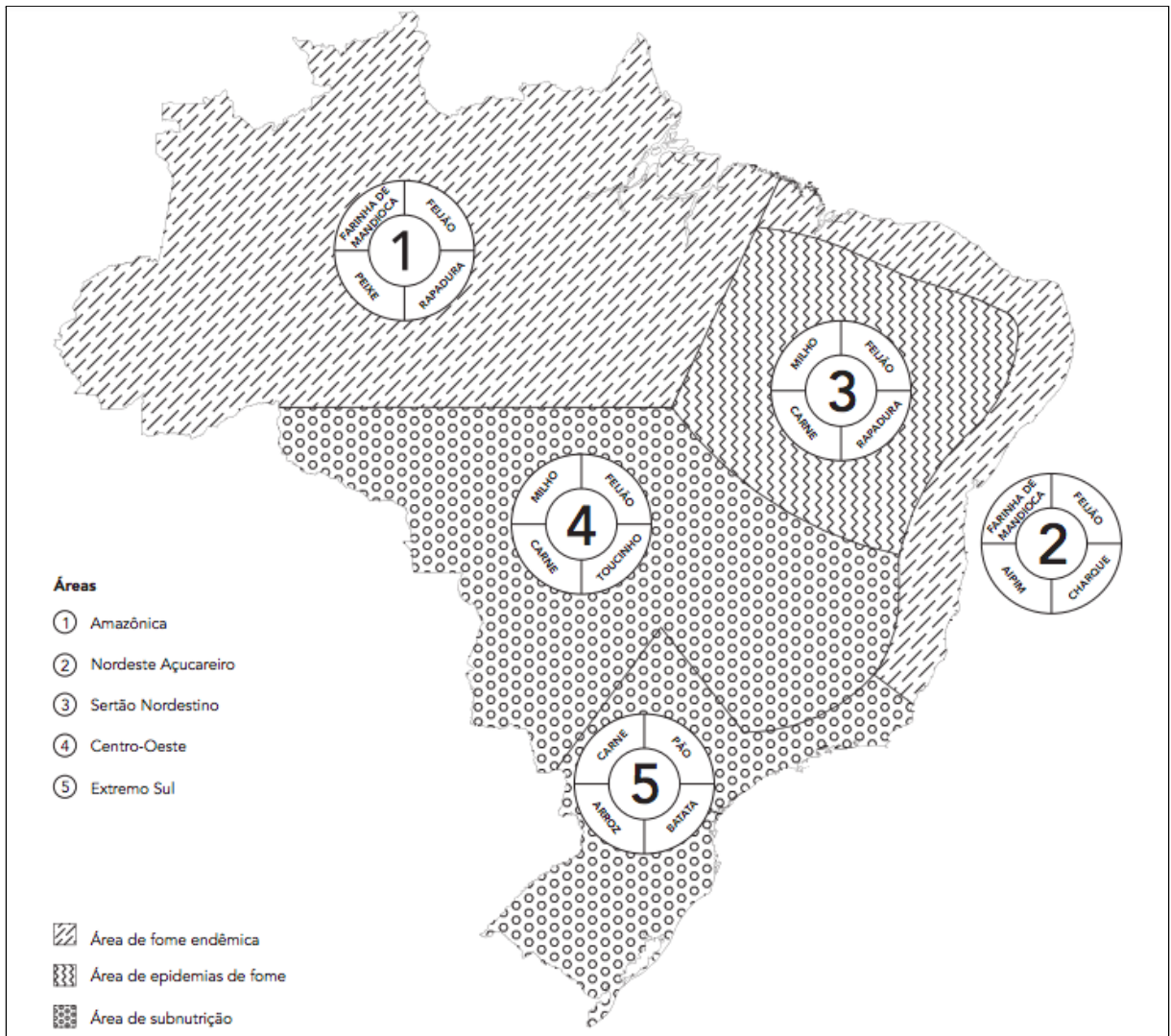
Josué de Castro foi um médico e sociólogo e, quem deu os primeiros passos a um diálogo nacional sobre o enfrentamento de uma necessidade que a maioria dos seres vivos se deparam diariamente, qual seja, a fome. Liderou na década de 1930, o primeiro inquérito sobre as condições de vida da classe operária do Recife. Em 1940, idealizou e fundou a autarquia Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) cuja proposta “era promover melhorias das condições nutricionais da classe trabalhadora” (EVANGELISTA, 2008, p. 1).

O título do capítulo traz um verso da canção “Da Lama Ao Caos”, composta por Chico Science e o grupo Nação Zumbi, inspirada na crônica publicada em 1933 por Castro, “O ciclo do caranguejo”. Esta, apresenta a situação das famílias que vivem nos mangues do Recife, e se alimentam dos caranguejos que encontram na lama dos manguezais. Assim, aquilo que o corpo rejeita, voltará à lama, para se tornar caranguejo outra vez.

O livro publicado em 1946 por Castro, “Geografia da Fome”, traz o desenho de uma nova divisão regional do Brasil, definida a partir da cultura alimentar de cada região e as carências nutricionais da população, conforme indicado pelos mapas 1 e 2. O autor traz suas interpretações inclinadas sob os aspectos biológicos e sociais, e a obra denuncia as situações de fome e de má alimentação pelo país.

Betto (2003, p. 53) aponta que apenas após a publicação da obra, a fome se tornou uma questão política para o país. Magalhães (1997, p. 14) afirma que o autor é central nas produções acadêmicas que foram desenvolvidas em meio a temática, sobre diferentes correntes teóricas. Carvalho et al. (2019, p. 144) demonstram que no contexto brasileiro, o estudo sobre a fome é inseparável da obra de Josué de Castro.

Mapa 1: Áreas alimentares do Brasil (1946)

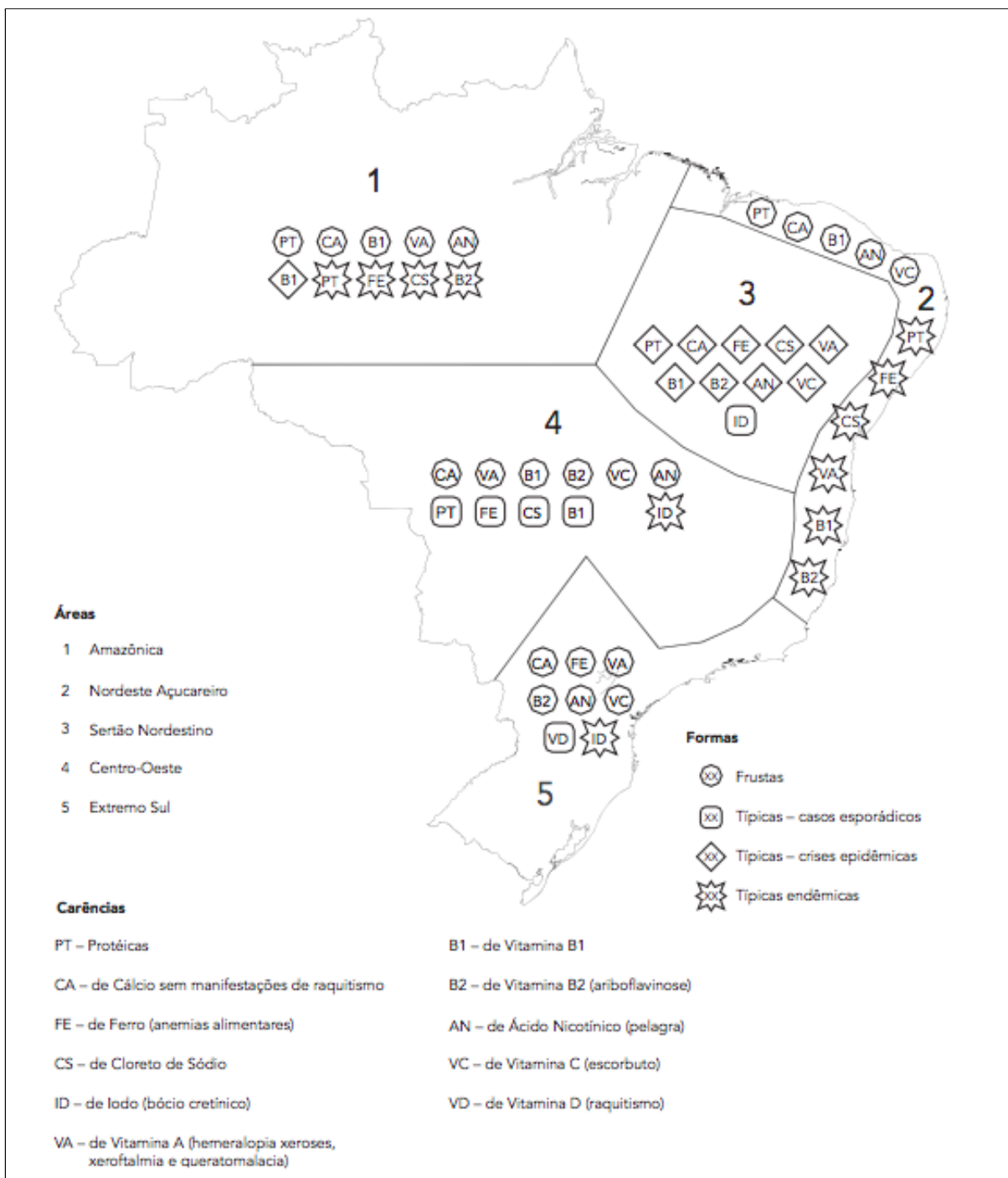


Fonte: Vasconcelos (2008), p. 2712.

Os cartogramas 1 e 2 foram desenvolvidos e publicados por Vasconcelos (2008) a partir dos dados organizados por Josué de Castro no livro Geografia da Fome.

Vê-se, através do mapa 1, a divisão regional estabelecida por Castro (1946), definida pelos hábitos alimentares de suas populações. Já o mapa 2, indica as carências nutricionais para o arranjo regional que o autor delimitou.

Mapa 2: Principais carências nutricionais existentes nas diferentes áreas alimentares no Brasil (1946)



Fonte: Vasconcelos (2008), p. 2715.

O surgimento da FAO pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 tinha como urgência, mitigar os efeitos da fome entre os países afetados pela

segunda guerra mundial. Já em 1948 foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que abarca até os dias atuais no artigo 25, o direito a:

[...] um padrão de vida capaz de assegurar saúde, bem estar, inclusive alimentação, [...] ainda que diante do desemprego, enfermidades, invalidez e outros casos de perdas de meios de subsistência (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

De fato, tais instituições representam avanços não apenas na política de combate à fome pelo mundo, mas na redução das desigualdades e da violência. Entretanto, cada país apresenta um arranjo estrutural, formado sobre uma série de conjunturas históricas, políticas e econômicas, capazes ou não de viabilizar em certa medida a execução destas diretrizes.

É nesse mesmo momento, que o Brasil começa a assumir uma nova postura, com o fim do Estado Novo (1945), e influenciado por alguns ideais do keynesianismo, em que o Estado intervém na economia do país através de investimentos públicos, a fim de conter crises em potencial do sistema capitalista.

A Comissão Nacional de Alimentação foi instituída no ano de 1945 e deveria definir uma política nacional voltada à segurança alimentar e nutricional da população. Ainda assim, apenas em 1952 a referida comissão concluiu um primeiro diagnóstico e um plano de ação, denominado, “A Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”. Tratava-se de um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, o qual estruturou o Programa Nacional de Merenda Escolar, implantado em 1954, sob responsabilidade pública e de abrangência nacional (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO [FNDE], 2022). O documento também levou a edição da Lei nº 1.944 de 14 de agosto de 1953, tornando “obrigatória a iodetação do sal de cozinha (cloreto de sódio) destinada a consumo nas áreas bocígenas¹ do país” (BRASIL, 1953).

Tanto Geografia da Fome (1946), como o livro Geopolítica da Fome (1951), de Josué de Castro, foram fundamentais no estabelecimento de tais políticas públicas, trazendo às análises e constatações feitas pelo autor sobre as carências

¹ O Bócio é um aumento da glândula tireóide causada normalmente pela deficiência de iodo no organismo.

nutricionais regionais, bem como o espectro político que evidencia as raízes do problema não só no país, mas no mundo.

Geopolítica da Fome (1955 – edição francesa) é uma obra crítica às condições de má alimentação da população ao redor do mundo, em contradição à capacidade humana de produção e escoamento de alimentos. De acordo com o autor, a situação de fome não é resultado do malthusianismo ou do crescimento em descompasso da população sobre a produção de alimentos, mas sim, de uma estratégia de controle social, a fome enquanto um mecanismo de poder e de dominação. Concluindo a obra, o autor afirma:

A fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado, via de regra, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos. Já não é possível admitir-se ser a fome um fenômeno natural, uma vez que ela é condicionada muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica (CASTRO, 1955, p. 317).

Max Sorre, responsável pelo prefácio da edição francesa (1955), postula:

Os neomalthusianos ofereceram soluções pessimistas ao problema da alimentação. O livro de Josué de Castro é um extenso requisitório, apaixonante e apaixonado, contra essas doutrinas que diminuem a humanidade. Ele culpa os erros dos homens, o espírito de ganância, a imprevidência, como responsáveis por todo o mal (SORRE, 1955, p. 14)

Já Pearl Buck, autor do prefácio da edição norte-americana (1955), relata se tratar do mais generoso livro que ele leu. O mesmo considera Malthus um dos homens mais errados da história, todavia: “a teoria da superpopulação responsável pela fome foi apoiada por todos aqueles que gozam e tiram proveito do colonialismo e da guerra” (BUCK, 1955, p. 7).

Entre os anos de 1952 e 1956, Josué de Castro foi Presidente do Conselho Executivo da FAO. Castro (1955, p. 24 - 25) relata o fato que, mesmo após a publicação da obra e ao longo de três anos de trabalho na FAO, a situação geral não se diferenciou e ao menos dois terços da população encontravam-se em situação de fome endêmica, sobretudo, concentrando-se nas regiões subdesenvolvidas do mundo. Ele também verifica que, entre 1953 e 1954, a produção de alimentos ultrapassou o aumento correlato das populações no mundo, à medida em que não

havia melhorias nas condições de vida em zonas de miséria, assim, Josué de Castro aponta a inconsistência dos argumentos malthusianos.

Nos anos que se seguiram, Josué de Castro foi eleito deputado federal por dois mandatos, com o apoio da população do nordeste, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em meio a suas atribuições, Castro também apoiou a candidatura e o governo de Juscelino Kubitschek (entre 31 de janeiro de 1956 a 30 de janeiro de 1961).

Sobre os avanços na política de segurança alimentar nacional, em 1962, ao longo do governo João Goulart, foi criada a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), que deveria agir como um agente regulador do mercado, através da participação nos projetos e programas de alimentação desenvolvidos pelo governo. No mesmo ano, também é instituída a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), cujas competências eram a idealização e a promoção da política nacional de abastecimento com planos de assistência alimentar, programas para expansão e operacionalização em redes através da instalação de armazéns e frigoríficos, fixação de cotas de importação e exportação, regulação no mercado interno e a fiscalização sobre a aplicação das diretrizes, buscando promover melhoria nos níveis de consumo e nutrição da população (BRASIL, 1962).

Com a ocorrência do movimento político-militar e o golpe de 31 de março de 1964, onde os militares assumiram o governo do país (1964 - 1984), Josué de Castro teve seus direitos políticos suspensos. Radicado na França, Castro se tornou professor associado do Centro Universitário de Vincennes e da Universidade de Paris. Em sua estadia na França, publicou o romance “Homens e Caranguejos” em 1967, retomando a ideia da crônica, o ciclo do caranguejo. O autor faleceu em Paris em 1974.

Entretanto, as denúncias feitas por Josué de Castro, ao colocar em evidência no cenário político e social, o problema tão grave da fome no país, que atinge milhões de pessoas todos os dias, não foi em vão, pois encontrou e ainda encontra eco em parte da sociedade no período contemporâneo.

3. GENTE É PRA BRILHAR, NÃO PRA MORRER DE FOME

O título do capítulo traz um verso da canção “Gente” (1977) composta por Caetano Veloso. Segundo Vasconcelos (2015, p. 727), a canção retrata de maneira poética os contextos de fome e miséria vivenciados por significativa parcela da população operária no Brasil, após o período de crescimento econômico (denominado de “milagre econômico”), em meio ao regime militar.

Quando olhamos para a história do Brasil, verificamos que o país se posicionou como um dos grandes exportadores de *commodities* agrícolas pelo mundo. Desde o período colonial, a divisão das terras ocorreu através das sesmarias e as capitânicas hereditárias, destinando grandes parcelas de terras à nobreza da coroa portuguesa, que atuavam na produção de cana-de-açúcar, extração de minerais e recursos naturais (GIRARDI, 2009).

Já com o fim da colônia, a Lei de Terras, nº 601 de 1850, foi promulgada em virtude da demanda pela regulamentação do direito à posse ou propriedade da terra. De certo modo, concentrava grandes parcelas de terra do país, em sua maioria, aos descendentes (herdeiros) dos “nobres colonos” que já haviam instalado suas lavouras. Isso levou à ocorrência dos processos de grilagem, em que documentos falsos eram elaborados para declarar a posse, dado o fato que as terras só poderiam ser adquiridas mediante compra e venda ou doação (DUARTE, 2021), sendo que parte dos recursos provindos da venda das terras seriam utilizadas para financiar a vinda de imigrantes estrangeiros para trabalhar nas fazendas de café.

De acordo com Andrade (1979, p. 31), desde o final do século XIX, já era possível observar como nos grandes latifúndios havia o predomínio de poucas culturas (ou monoculturas), se diferenciando dos lotes familiares, minifúndios que apresentavam uma diversidade de produtos agropecuários (entre hortaliças, frutíferas, tubérculos e a criação de animais). A título de exemplo, Silva (2015) e também Girardi (2021), argumentam sobre o interior do estado de São Paulo e o norte do Paraná, cujo processo de urbanização ocorreu junto a expansão da malha

ferroviária, diretamente associada à necessidade de escoamento da produção da cafeicultura. Ainda que em algumas regiões se produzisse algodão, cana-de-açúcar, milho, soja, (a soja foi uma lavoura que se expandiu com maior força a partir dos anos 1960) e entre outros, o café se tornou carro chefe da economia nacional entre o início do século XX até o final da década de 1940.

Em meio ao regime militar (pós Golpe de 1964), não foram nulas as políticas voltadas à segurança alimentar, contudo, o que os primeiros anos trouxeram foi um conjunto de medidas que desenharam a política agrícola nacional. Isso decorreu de um esforço anterior do Presidente João Goulart que, em sua campanha, defendia entre um conjunto de reformas de base, a reforma agrária, e isso representava o interesse de significativas parcelas da população das diferentes classes sociais. De acordo com Prado Júnior (1979 [1960], p. 127), ocorriam no país numerosos conflitos sociais em torno do problema da terra. Não obstante, a política externa estadunidense tinha atenção voltada à América Latina, buscando estratégias para impedir o alastramento de guerrilhas em meio à guerra fria (YAMAUTI, 2005).

Ao final de 1964 foi estabelecido o Estatuto da Terra, regulamentando os direitos e obrigações concernentes aos proprietários de imóveis rurais. No ano de 1965 foi instituído o Código Florestal, a Política de Crédito Rural, e o decreto nº 55.891, regulamentando as seções no Estatuto da Terra sobre a Reforma Agrária.

Esses instrumentos políticos teoricamente deveriam garantir o amparo e a melhoria na distribuição da terra, na relação entre os proprietários rurais e o uso adequado do solo, atendendo aos princípios da justiça social, visando ganho em produtividade, bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do país (BRASIL, 1965).

Em certa medida, a proposta da reforma agrária na ditadura militar, deveria contribuir com um governo a favor da reivindicação da população. Entretanto, o que se viu foi o contrário, ou seja, o incentivo via inúmeros mecanismos (crédito rural subsidiado, desenvolvimento de novas variedades de sementes mais produtivas, disponibilidade de insumos industriais e maquinário etc.) à adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde em que as grandes propriedades rurais se

modernizaram, se especializaram em *commodities*, expulsando muitos trabalhadores do campo, enquanto que a maior parte das pequenas explorações ficaram à margem desse processo, voltadas a produção de autoconsumo. Andrade (1979, p. 32) argumenta que no país, os apoios fiscais e financeiros ao setor agrícola se articularam ao capitalismo, valorizando principalmente os produtos considerados nobres e destinados à exportação como o café, cana-de-açúcar, algodão e soja, em oposição àqueles destinados ao mercado interno, como mandioca, milho, feijão, fava, etc.

No ano de 1967, através do decreto nº 61.795, foi extinta a SAPS, autarquia criada e liderada por Josué de Castro na década de 1940, passando integralmente suas atribuições ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Cinco anos após, em 1972, foi criado o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), que adotou a estratégia da instalação de unidades das Centrais de Abastecimentos S.A (CEASA), em que os produtores da região poderiam comercializar seus excedentes agrícolas (BRASIL, 1972). Também é criado um Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), sob a coordenação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que tinha por objetivo a suplementação alimentar para gestantes, crianças de até sete anos de famílias com baixa renda e assistência alimentar para escolares do primeiro grau do Ensino Fundamental (BRASIL, 1972). No entanto, o PRONAN foi desativado em 1974 em decorrência de irregularidades na sua operacionalização.

Neste mesmo ano foi fundada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), associada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Entre os anos de 1974 e 1975 foi realizado o Estudo Nacional sobre Despesas Familiares (ENDEF). A pesquisa demonstrou que, ao menos 67% da população, apresentava um consumo energético abaixo daquele recomendado pela Organização Mundial da Saúde, como consequência, apresentando quadros de desnutrição proteica e energética da população (VASCONCELOS, 2005, p.444).

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), continua ativo desde 1976, quando surgiu. De modo geral, representava uma parceria entre o governo, os empresários e os trabalhadores, que dispunha de certo percentual do salário, destinado à previdência, em contrapartida o recebe através de alimentação, sobre as seguintes modalidades:

- A empresa prepara a alimentação do seu trabalhador no próprio estabelecimento;
- uma outra empresa (terceirizada) produz a alimentação dentro do refeitório da sua empresa;
- o chamado tíquete alimentação, que o funcionário utiliza para comprar os alimentos no supermercado;
- tíquete refeição, o funcionário poderá usar para almoçar/jantar/lanchar em qualquer restaurante credenciado ao PAT;
- a empresa compra cestas de alimentos de empresas credenciadas ao PAT e fornece aos seus funcionários (NORMAS LEGAIS, 2021).

Ainda em 1976, um segundo PRONAN foi instituído, agora objetivando a suplementação alimentar para trabalhadores e produtores rurais com baixa renda, além de apoio a realização de pesquisas e a capacitação em recursos humanos (FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, 2021).

O PNME, implantado em 1954, foi convertido em 1979 no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando atender carências nutricionais regionais. De acordo com as informações disponibilizadas no acervo sobre Josué de Castro, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (2021), “nesta época os alimentos industrializados se faziam muito presentes na alimentação escolar”.

Em 1981 foi criado o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), sob coordenação do INAN. Tal programa surge a fim de oferecer amparo legal, proteção e incentivo à amamentação, bem como um direito à alimentação para o recém-nascido (FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, 2021).

Enfim, verificou-se que durante os governos militares, embora fossem criadas várias instituições e programas voltadas à segurança alimentar e nutricional da

população, pouco se avançou efetivamente sobre a redução da fome no país. Isso, por que, essa não era a prioridade desses governos.

4. TEM BARRIGA VAZIA FAZENDO CHORAR

O título deste capítulo faz menção a música “Quem tem fome, tem pressa”, que foi tema da campanha de natal coordenada pela Organização não governamental (ONG) Ação da Cidadania – Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em 2020. A composição é de autoria dos artistas Xande de Pilares, Gilson Bernini, Emicida e Mosquito, contudo, foi interpretada por 28 músicos representantes da MPB, do Rock e Rap Nacional, entre eles, Alcione, Caetano Veloso, Chico Buarque, Criolo, Elza Soares, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Nando Reis, Negra Li e outros. O nome da música traz o *slogan* de Herbert de Souza, e a letra expõe a calamidade da fome em sua perversão, enquanto um resultado da desigualdade social.

Em meados da década de 1980, foram um conjunto de elementos que levaram ao fim do regime militar brasileiro em 1985. O civil, Tancredo Almeida Neves foi eleito à Presidência da República pelo colégio eleitoral. Entre esses elementos, Bresser-Pereira (1989, p. 6), argumenta que a redemocratização ocorreu pela reivindicação da sociedade civil que foi lentamente conseguindo aberturas em oposição ao governo militar. Nolasco (2017, p. 58) sugere que os governos militares, diante dos movimentos que vinham emergindo em prol da redemocratização, buscaram se aproximar da sociedade civil enquanto faziam lentas aberturas na tentativa de garantir a legitimidade no poder e tomada de decisões.

Em meio ao processo de redemocratização nacional, foi lançado o Plano de Subsídios para Ação Imediata contra Fome em 1985. Segundo Vasconcelos (2005, p. 446), nos primeiros dois anos da Nova República, a prioridade eram assuntos ligados à segurança alimentar e nutricional. De acordo com o autor, o plano resgatou os discursos sobre a “fome” e o “desemprego” aos instrumentos de políticas sociais.

Não obstante, movimentos representados por associações e pela sociedade civil fortaleceram os debates sobre a situação de fome no país. Por exemplo, um movimento expressivo se iniciou no mesmo ano, a Campanha da Fraternidade,

lançada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que ainda se mantém ativa com o lema “Pão para quem tem fome”.

Em 1987 era realizada pelo IBGE a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), com o objetivo de investigar os hábitos de consumo e os gastos ao longo de um ano pela população brasileira. A pesquisa é realizada desde então com intervalos de seis anos, sendo fundamental na elaboração de estratégias de gestão e assistência regional ou territorial.

O principal símbolo do final dos governos militares e da redemocratização nacional foi o estabelecimento da Constituição da República Federativa do Brasil (1988). O novo documento inclui nas disposições da “Ordem Social”, sobre o direito ao bem estar, justiça e seguridade social. De acordo com a Faculdade de Saúde Pública (2021), tal título consolidou as bases legais para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 2014, p. 57).

Verificamos, ao final da década de 1980, problemáticas como a fome, saúde pública e seguridade social entrarem em pauta nas agendas políticas nacionais. Vê-se nesse momento, o surgimento de um conjunto de medidas que contribuíram com a saúde da população ao longo das décadas seguintes. Por exemplo, o incentivo ao aleitamento materno, combate à anemia nutricional, bócio e também a cárie dentária. Ainda assim, é importante ressaltar que até o ano de 2010, não havia na Constituição Federal brasileira, o direito à alimentação básica (BLANCO, 2019, p. 112).

Vasconcelos (2005, p. 447) aponta como no início da década de 1990, no Governo de Fernando Collor de Mello (1990 - 1992), ocorreu uma primeira aproximação dos ideais neoliberais. Com isso, programas para assistência social se tornaram alvos para desvio de verbas públicas, sofriam alterações valorizando produtos industrializados em detrimento daqueles produzidos nas esferas locais e regionais, ou acabavam descontinuados. Em virtude de tais atos, entre os dois

primeiros anos do Governo Collor, foram realizadas investigações pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados (CPI da fome), assim como pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

As controvérsias no Governo Collor provocaram reações da sociedade, pois, após 21 anos de regime militar, via-se a esperança de um Estado de bem estar com a redemocratização e as diretrizes da nova constituição. Porém, o governo perdeu o apoio popular e foram emergindo iniciativas da sociedade civil, que constituíram o chamado Movimento pela Ética na Política, a fim de construir uma política guiada por valores éticos em favor de justiça social, solidariedade e da vida (VASCONCELOS, 2005, p. 447). A reação popular levou ao *impeachment* do presidente Collor em 1992.

Em 8 de março de 1993 inicia-se o movimento social idealizado e liderado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. A organização mantém o slogan “Quem tem fome, tem pressa” e mobilizou parte da sociedade na campanha de arrecadação de alimentos. No mesmo ano foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que inclui agentes políticos e representantes da sociedade civil para assessoria na formulação de estratégias e medidas mitigadoras nos quadros de miséria, fome e desnutrição pelo país.

Em parceria com a organização Ação da Cidadania, foi publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o Plano de Combate à Fome e à Miséria (1993). O documento propõe um conjunto de atribuições e setoriza as atividades entre os órgãos governamentais competentes, almejando enfrentar as causas que levam boa parte da população a ultrapassar o limiar da fome e da miséria (IPEA, 1993, p. 3). As principais estratégias publicadas no documento envolvem a geração de emprego e renda, atividades e subsídios aos pequenos produtores rurais, redução no custo da cesta básica, distribuição de alimentos às famílias necessitadas, ampliação dos recursos públicos destinados à erradicação da fome e da miséria, bem como o apoio e a participação popular sobre tais causas (IPEA, 1993, p. 4).

Herbert de Souza, o Betinho, se tornou um expoente ao tratar sobre o tabu da fome. Vasconcelos (2005, p. 447) verifica que sua iniciativa levou a uma “cruzada ética” que emergiu sobre a postura política e a corrupção presentes no governo Collor.

Josué de Castro, em suas publicações e atuação política, percebeu a dificuldade em erradicar a fome no mundo enquanto era membro da FAO, apesar das recentes políticas de segurança alimentar. Inobstante, Betinho, reagiu diante da conjuntura de fome no país e as estratégias políticas que foram assumidas. Não há garantias que a passagem a um regime democrático seja capaz de solucionar tal problemática, todavia, as vias democráticas abrem caminho aos diálogos, e portanto, a frente da Ação da Cidadania, haveria um esforço em contribuir com o enfrentamento aos quadros de insegurança alimentar, fome e miséria, bem como envolver a população no debate político e desenvolvimento de ações coletivas.

Mesmo após o falecimento de Betinho em 1997, a Ação da Cidadania se manteve sólida, e Betinho, foi símbolo da campanha Natal Sem Fome de 2017, trazendo a legenda “A fome voltou forte e eu também” (como podemos observar na figura 1).

Figura 1 - Betinho na Campanha Natal Sem Fome de 2017



Fonte: Ação da Cidadania, 2017.

Em 1993, o então presidente, Itamar Franco (1992 - 1995), instituiu o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA), a fim de mitigar os efeitos da seca no norte do estado de Minas Gerais e na Região Nordeste. Já em 1994, ocorreu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, sinalizando a problemática e a necessidade do desenvolvimento e estruturação de uma política nacional para segurança alimentar. Os diálogos e a reivindicação dos movimentos sociais e dos sindicatos dos pequenos agricultores que se seguiram levaram ao surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF), sob o decreto nº 1.946/1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002).

O PRONAF oferece crédito financeiro, de custeio e investimento aos pequenos agricultores para a produção de excedentes agrícolas, possibilitando a distribuição nos mercados locais ou destinados à alimentação escolar, através do PNAE (BRASIL, 1996).

Em 1997, o INAN foi extinto, enquanto um grupo técnico organizava o texto base da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovado em 1999, num diálogo que envolveu membros da academia, da sociedade civil e representantes do poder público. O propósito do programa era:

[...] a garantia da qualidade dos alimentos colocados para consumo no País, a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos (PNAN, 2000, p. 17).

O documento leva em consideração a diversidade entre os hábitos alimentares e as carências nutricionais do país, intencionando a reformulação de programas, planos e propostas de ações sobre as diretrizes fixadas na política nacional (PNAN, 2000, p. 17).

Já em 2001, sobre o efeito dos debates, ações e programas que circundam a temática, foi criado o Programa Nacional de Renda Mínima, ou como ficou conhecido, Bolsa Alimentação, que destinava as famílias de segmentos de baixa renda através de um cartão magnético, um benefício nos valores entre R\$ 15,00 e R\$ 45,00, de acordo com o número de membros da família (FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, 2021). O Bolsa Alimentação foi precursor entre os programas de renda mínima nacional que surgiram ao longo dos anos seguintes.

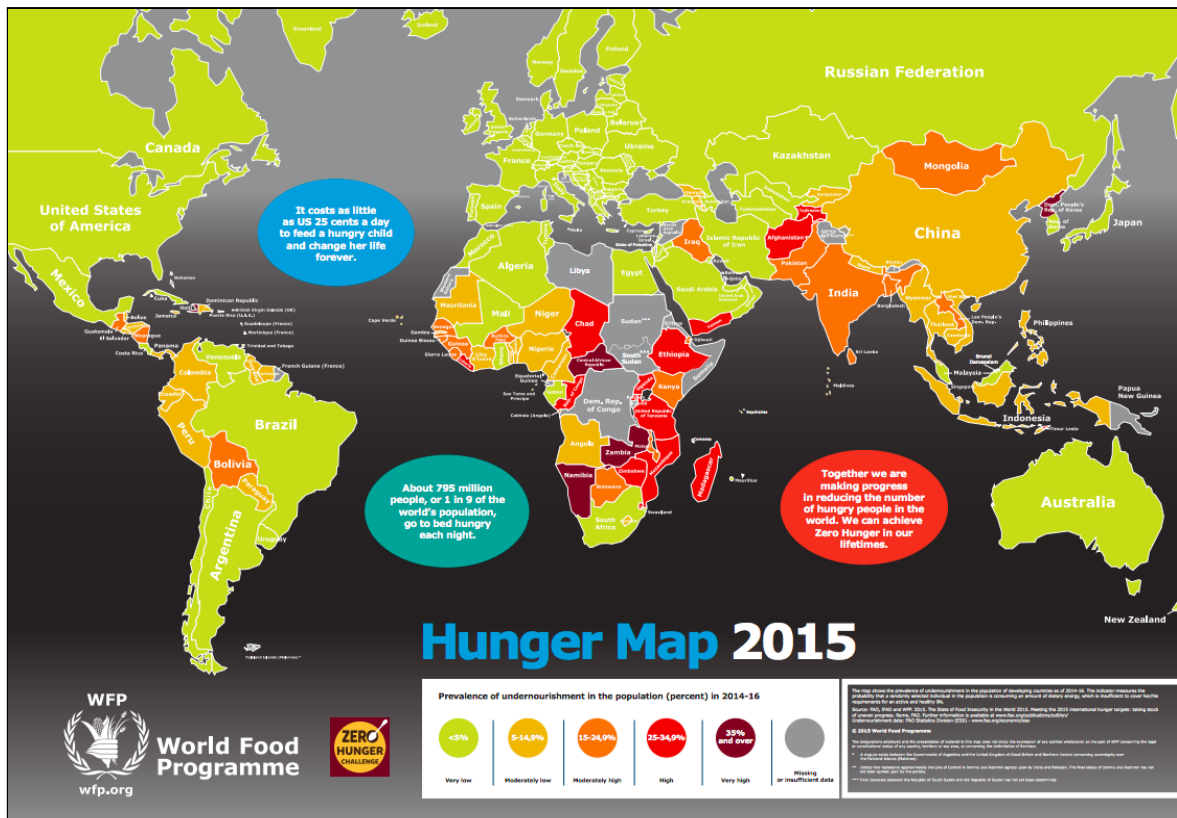
5. A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA

“Bebida é água. Comida é pasto. Você tem fome de quê? Você tem sede de quê? A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte, [...] a gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão e ballet [...]” (Comida, Titãs, 1987). O título faz alusão a canção composta por Marcelo Fromer, Arnaldo Antunes e Sérgio Britto no pós-ditadura militar, “Comida” (1987), interpretada pela banda Titãs.

A expressão “a gente não quer só comida” projeta as reivindicações da população para um cotidiano que possibilite práticas de lazer e a ampliação do poder de consumo. As pessoas não querem limitar suas vidas ao trabalho para habitar e sobreviver simplesmente, é preciso tornar a vida prazerosa e o Estado deveria mediar para que isso se torne viável. A canção ainda incita uma reflexão sobre necessidade, desejo e vontade.

O governo do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 até 2016, trouxe grandes avanços quanto às políticas para assistência social, assim como um aumento no percentual da população economicamente ativa. Programas como Fome Zero, Minha Casa Minha Vida (MCMV), Universidade para Todos (PROUNI), entre outros, possibilitaram ao Brasil se igualar aos países de primeiro mundo no mapa da fome da FAO, publicado em 2015, com percentuais de fome endêmica abaixo de 5% (tal fato pode ser observado no mapa 3).

Mapa 3: Mapa global da fome (2015) - FAO



Fonte: FAO, 2015.

O Programa Fome Zero (2003) foi um dos primeiros projetos lançados no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010). O documento original trazia uma síntese e avaliação dos efeitos de programas e projetos voltados à segurança alimentar e a erradicação da pobreza a partir da década de 1990. De acordo com Yasbek (2004, p. 106), o documento destaca que, no Brasil, o desemprego e a pobreza são as principais causas da fome, e constata que mesmo o aumento na produção de alimentos não garante melhor capacidade de aquisição pela população. Takagi (2006) aponta que:

O Projeto Fome Zero partiu de um diagnóstico de que o Brasil não teria, até então, uma política geral de segurança alimentar e que a vulnerabilidade à fome atingiria um contingente de 44 milhões de brasileiros (27,8% da população). Basicamente, o Projeto Fome Zero buscava atacar o problema da insegurança alimentar a partir da melhoria do nível de renda da população considerada pobre, uma vez que o problema da fome no Brasil está muito mais relacionado com a insuficiência de renda do que, propriamente, com a falta de oferta ou escassez de alimentos (TAKAGI, 2006, p. 54)

Logo, a instituição do programa representava uma tentativa de enfrentamento ao espectro da fome, atuando a favor da segurança alimentar e nutricional, intervindo através da geração de renda, ampliação, fortalecimento e criação de novas políticas de seguridade social, de incentivo à agricultura familiar, alfabetização da população, acesso universal à energia elétrica, criação de restaurantes populares, entre outros.

O repórter Xico Sá (Francisco Reginaldo de Sá Menezes) e o fotógrafo Ubirajara Dettmar, realizaram em 2003, uma pesquisa qualitativa na cidade piloto do Programa Fome Zero, Guaribas, localizada no interior do Piauí. Na época, o município possuía o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, e através do programa, 500 famílias passavam a receber o benefício de R\$50,00 mensais. Os autores coletaram relatos e verificaram as transformações que aquele meio social vinha sofrendo com a recente implantação do programa. Estes evidenciaram a surpresa da população com a efetivação do programa, a mudança dos hábitos e da paisagem, e até mesmo, os percalços que o programa ainda deveria enfrentar.

No relato de uma moradora local:

[...] nunca ninguém na face da terra olhou por nós. Vivíamos jogados, como Deus criou batata. Vi muita gente morrendo aqui por falta de uma coisinha ou outra, uma ajuda, um adjutório qualquer (SÁ; DETTMAR, 2003, p. 40).

Sá e Dettmar (2003, p. 46) expõem que apenas com a chegada do Programa Fome Zero, foi instalada na cidade a primeira agência dos correios, houve também a abertura da primeira lanchonete, bem como do primeiro salão de beleza. Outra moradora anuncia:

As coisas estão vindo até nós. Às vezes eu fico bestinha, menino, com o que anda acontecendo, parece que chegou a nossa vez. Ninguém descobriu o céu, mas que a gente agora é gente ninguém pode negar. E isso pode ser pouco para quem vive no bem-bom, mas pra nós não é não (SÁ; DETTMAR, 2003, p. 46)

Os autores também conheceram uma família que estava “muito abaixo da linha da miséria”, e que nunca fez parte de nenhum programa social do governo, simplesmente por achar que não tem direito a nada e até pela falta de documentos.

“Isso não é para nosso bico não, meu senhor”, relata a mãe enquanto seus filhos comem um rebengo², após 11h sem nenhuma refeição (SÁ; DETTMAR, 2003, p. 20). A desinformação e a falta de documentos, eram, em um primeiro momento, o principal percalço na garantia de acesso à assistência social pelo programa.

² Expressão regional para comida feita com sobras.

Figura 2 - Garoto comendo o “rebengo”, Guaribas/PI. 2003.



Fonte: Ubirajara Dettmar. In: SÁ; DETTMAR. (2003, p. 21)

O Programa Fome Zero, levou à Lei nº 10.696 de 2003, criando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa teve grande adesão e ainda tem sua importância – embora os recursos tenham sido progressivamente reduzidos a partir de 2017 e desestruturado na gestão do atual governo federal -, realizando a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e pequenos produtores locais, para distribuição às famílias em situação de insegurança alimentar ou para alimentação escolar, pelos equipamentos e instituições públicas (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

No mesmo ano também é criado o Fundo de Garantia-Safra, destinado aos agricultores familiares vítimas da estiagem, a Lei da Agricultura Orgânica e Agroecológica, além de tornar-se obrigatória a iodação do sal de cozinha em todo país (FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, 2021).

É importante ressaltar que o Programa Fome Zero se consolidou através de vias democráticas, e a sociedade civil teve participação na tomada de decisões. Nos anos que se seguiram, um conjunto de medidas foram implantadas a favor da segurança alimentar e nutricional. Em 2004 ocorreu a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para pensar a política nacional de segurança alimentar e nutricional. Também é criado o Programa Bolsa Família, em substituição ao Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás. Trata-se de um programa unificado de transferência condicionada de renda (FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, 2021).

No ano de 2005 são instituídos Programas Nacionais de Suplementação de Vitamina A e de Ferro, e em 2006 é lançado pelo Ministério da Saúde o 1º Guia Alimentar para a População Brasileira. O documento explica que, no período, o Brasil enfrentava a desnutrição infantil, devido a carência principalmente de Vitamina A e Ferro, além de distúrbios causados pela deficiência de iodo no organismo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008, p. 19).

Outra política importante lançada em 2006 foi o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), que tinha como objetivo principal,

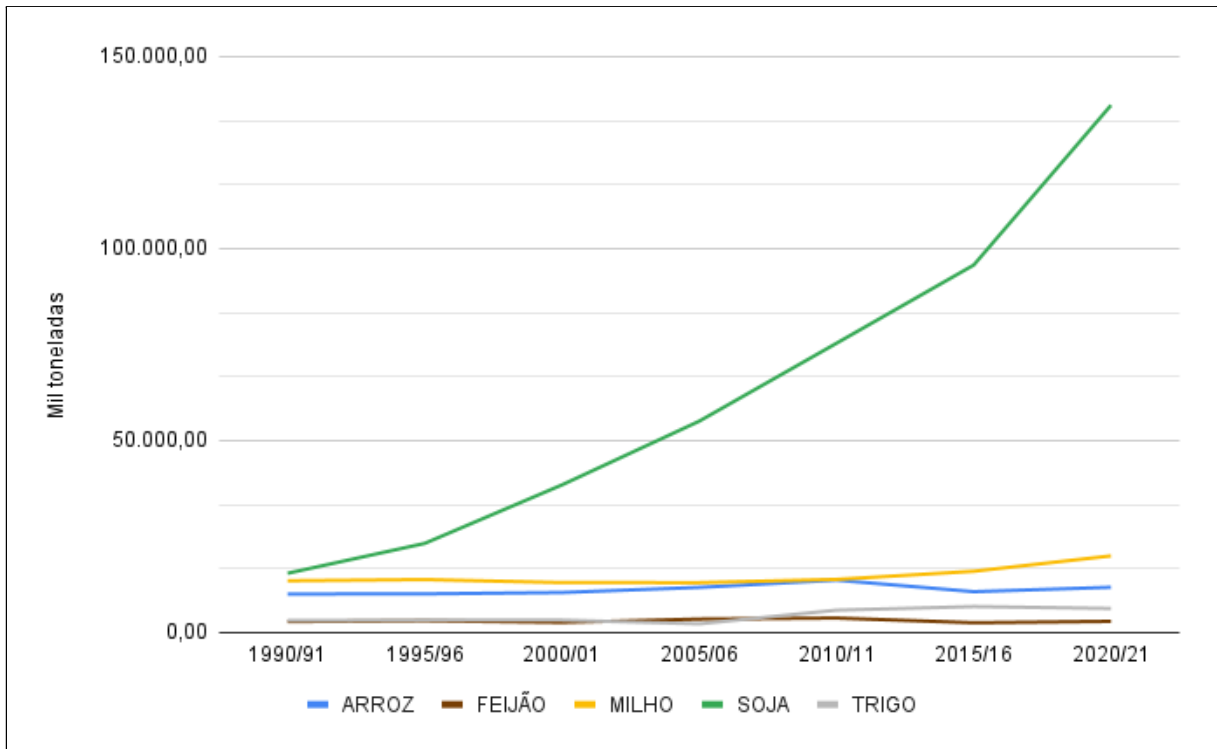
assegurar a remuneração dos custos de produção dos agricultores familiares que faziam parte do PRONAF (BRASIL, 2006).

Refletindo sobre a conjuntura e a estruturação da questão agrária nacional, Girardi (2009) infere que:

Na ocupação atual da fronteira agropecuária se repetem os fatores históricos que privilegiam o latifúndio e a grande propriedade monocultora voltada ao atendimento do mercado externo. Como vimos, o campesinato esteve presente em todo este processo histórico de ocupação do território, resistindo e sendo utilizado pelo grande estabelecimento e pelo capital. A fronteira agropecuária é um dos principais elementos que compõem a questão agrária brasileira na atualidade (GIRARDI, 2009).

As séries históricas das safras, disponibilizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), reforçam a conclusão de Girardi (2009). Elas indicam como a soja passou a ser, ao final da década de 1990, o principal produto agrícola do país, representando desde 2000 mais de 45% de toda a produção agrícola nacional, superando o milho, que representava cerca de 35% do excedente agrícola produzido, como se pode observar no gráfico 1.

Gráfico 1: Principais produtos agrícolas do Brasil (1990/91 - 2020/21)



Fonte: CONAB, 2022.

Os dois outros produtos que aparecem nesta lista com valores menos expressivos são o arroz, o feijão e o trigo, todavia, assim como o milho, sua produção não se compara a de soja, como observa-se no gráfico 1.

Ademais, dados da Embrapa sobre a produção de soja apontam que aproximadamente 68% da produção foi dedicada à exportação nos anos de 2020 e 2021. Novamente, a afirmação de Girardi (2009) se mostra verdadeira, pois os grandes latifundiários voltam seu interesse ao mercado externo, se dedicando a produção de monoculturas, enquanto o campesinato produz variedades de alimentos.

Nesse sentido, verificamos a importância de programas como o PRONAF e o PAA, investindo e valorizando a produção de alimentos variados e saudáveis, realizando a aquisição de produtos com base na tabela de preços regionais, incentivando o papel dos pequenos produtores. Todavia, não desprezamos as colocações de Hespanhol (2011), que identifica em meio a ampliação do PRONAF, a aquisição de crédito por produtores mais capitalizados, e um menor percentual

inclinado ao investimento em infraestrutura de base, logo, o crédito é voltado principalmente a produção de culturas agrícolas ou a criação de animais (suínos ou aves em sistema de integração) vinculadas, por exemplo, ao setor agroindustrial.

Durante o Governo Lula, continuaram a surgir medidas voltadas diretamente à segurança alimentar e à saúde da população. Foi regulamentado o decreto do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, criada a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, é lançado o Programa de Saúde Escolar (PSE), ocorre a mencionada ampliação do PRONAF, surge o programa Mais Alimentos, e ocorre a regulamentação da compra de alimentos para alimentação escolar (PNAE) pela agricultura familiar (2009) e, enfim, em 2010, o direito social à alimentação passa a fazer parte da Constituição Federal (FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, 2021).

Não obstante, programas como Luz para todos, Ação Jovem, PROUNI, criação das Escolas Técnicas gratuitas, Minha Casa Minha Vida, foram fundamentais na dinamização da economia do país, geração de empregos, capacitação e promoção da cidadania, melhorando os indicadores sociais do país.

Utilizando dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, é possível notar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, que passa de 0,612 a 0,727 no período analisado. Tal índice é definido a partir do nível de escolaridade, longevidade e renda da população. Na tabela 1, pode-se verificar a evolução individual de cada aspecto.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro (2000/2010)

Aspecto/Período	2000	2010
Educação	0,456	0,637
Longevidade	0,727	0,816
Renda	0,692	0,739
IDH Censo	0,612	0,727

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Já ao longo do Governo Dilma Vana Rousseff (2011 - 2016), é lançado o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), a fim de superar a extrema pobreza através de ações interministeriais, promovendo aumento de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. É aperfeiçoada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, agora se articulando ao SUS. Também é instituída a Lei nº 12.512 de 2011, autorizando a compra de produtos da agricultura familiar pela união, estados e municípios, sem a necessidade de licitações, pregões ou mesmo, seguir as regras do PAA (FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, 2021).

Entre importantes marcos do Governo Dilma, temos a criação em 2013 do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água das Chuvas e Outras Tecnologias Sociais de Acesso a Água, conhecido como Programa Cisternas, que tinha como objetivo garantir o acesso à água para uso humano, animal e na produção de alimentos. Entretanto, Nogueira et al. (2020) explicam que, apesar de ser um grande passo pelo direito ao acesso universal à água, existem um conjunto de problemáticas nesse programa, entre elas, a falta de assistência técnica para instalação e manutenção, falta de infraestrutura nos imóveis para instalação adequada e eficiência da tecnologia, além da garantia na qualidade da água captada. Conforme afirmam as autoras, “[...] a redução das vulnerabilidades socioambientais requerem abordagens mais amplas e transformadoras” (NOGUEIRA et al, 2020, p. 16).

Ainda em 2013, é assinado o Plano de Ação para Prevenção da Obesidade entre Crianças e Adolescentes entre os países da América Latina (FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, 2021).

No ano de 2014, o Brasil atingiu a marca de menos de 5% da população em situação grave de insegurança alimentar, de acordo com a FAO, dado exibido no mapa 3. Em 2015, foi estabelecido o Pacto Nacional pela Alimentação Saudável, na tentativa de incentivar os estados e municípios a se engajarem a favor da produção de alimentos saudáveis, bem como garantia de acesso permanente à alimentação saudável sobre os alimentos processados, para a população.

Verifica-se, assim, como nesse período houve grandes avanços em termos de políticas sociais e voltadas à segurança alimentar e nutricional, que fizeram com que o país saísse do mapa da fome da ONU em 2014. Isso não quer dizer que a fome foi extinta no país, mas que com políticas importantes socialmente, muitas famílias voltaram a ter acesso aos alimentos e a pensar na possibilidade de terem um futuro mais digno e cidadão.

6. POR SORTE, VOCÊS NÃO DESTRUÍRAM O HORIZONTE AINDA

O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff é adotado neste ensaio como o marco para o período recente, envolvendo o avanço do neoliberalismo no país e a crise sanitária global causada pela *Covid-19*. A gestão do presidente Michel Temer (2016 - 2018) foi orientada por estratégias neoliberais, sob o ideal da mínima intervenção do estado na economia, mas também na educação e saúde pública, liberalização de mercado, bem como privatização de atividades estatais (SANTOS, 2016).

Em sua gestão foi instituída a Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos públicos (PEC 241), que promoveu o congelamento de investimentos públicos nas áreas da saúde e educação por 20 anos, a fim de conter gastos pela União. No seu governo também se deu início à privatização da Petrobrás, a venda de refinarias nacionais e o estabelecimento da política de Preço de Paridade Internacional (PPI), fixando o preço do produto (petróleo) consumido nacionalmente ao dólar. Por consequência, a União deixou de ter o controle total da empresa, levando à dissolução de pesquisas que eram realizadas e até mesmo o refino de óleo, posicionando o Brasil como um exportador de óleo bruto e importador de derivados do óleo refinado. Logo, o preço do combustível no mercado interno começou a subir e sofrer constantes flutuações.

Gauto et al. (2016, p. 45) verificam que, devido a majoritariedade do modal rodoviário para circulação de bens, o aumento no preço dos combustíveis é refletido sobre todos os produtos comercializados no Brasil em todos diferentes setores (alimentício, automobilístico, higiene e saúde, tecnológico, vestuário etc.). Compactuamos com a posição do autor, em suas palavras:

Se o preço do combustível sobe, o custo do transporte também sobe. Se o transporte fica mais caro, então os produtos transportados no país também ficam mais caros. Se o preço do diesel cai, o que foi relatado anteriormente não ocorre, na mesma velocidade, no sentido inverso (GAUTO et al, 2016, p. 45).

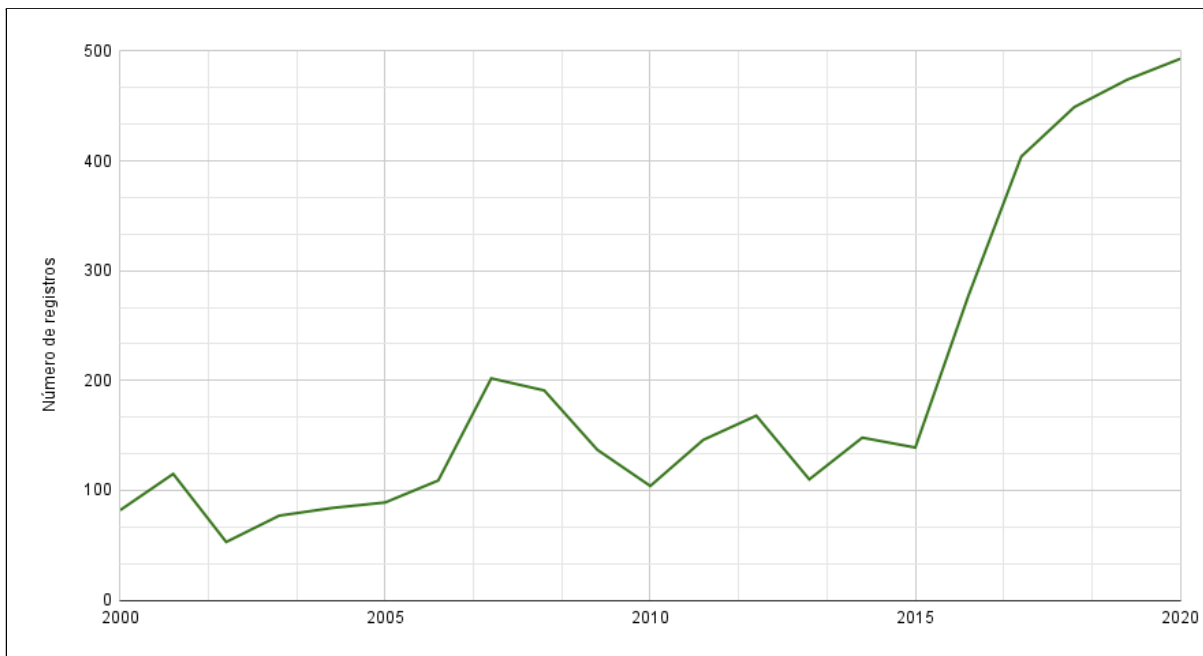
A reflexão sistematiza sinteticamente efeitos decorrentes da privatização da estatal, bem como a mudança na política externa sobre a importação de produtos. A combinação desses elementos e o aumento no preço das mercadorias, tem um impacto direto na vida das famílias de renda mais baixa, cujo poder de consumo vai se tornando cada vez mais estreito. Não obstante, é preciso enfrentar concomitantemente, o sucateamento das instituições de ensino e saúde públicas. Esse resultado expressa características bem definidas do neoliberalismo.

Com o final do governo Temer, assumiu a presidência da república Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022). Sua campanha foi composta por discursos armamentistas, teológicos e disparo de notícias falsas em redes sociais (*fake news*). O governo de Bolsonaro, mantém a postura neoliberal e vem buscando abrir caminhos para ampliação da mineração ilegal, extração de recursos naturais e a produção de *commodities* agrícolas.

A gestão do presidente Bolsonaro é responsável pela maior liberação de agrotóxicos desde que se teve início a compilação dos dados de registro de pesticidas pelo Ministério da Agricultura, em 2000. O aumento no número de registros de pesticidas aprovados ao longo das últimas duas décadas pode ser observado no gráfico 2. Diante de tal problemática, o título deste capítulo, faz menção a música “Reis do Agronegócio”, composição de Chico César (2015), manifestando uma crítica ao modelo de produção de *commodities* agrícolas e uso intensivo de insumos químicos, em função da reprodução do modo capitalista de produção e a acumulação de riquezas.

A utilização de agrotóxicos para produção de alimentos é controversa. Cordeiro (2019) disserta sobre as narrativas construídas em torno da temática, sendo forjada em uma racionalidade econômica, se apoiando na mídia através do slogan do “agro é pop”, tentando naturalizar um modelo de produção insustentável. Já na área da saúde, Stoppelli e Magalhães (2005); Rigotto et al. (2014); e Luz et al. (2015), argumentam como o uso intensivo de agrotóxicos é extremamente prejudicial à saúde, podendo levar a quadros de intoxicação.

Gráfico 2: Registro de agrotóxicos no Brasil nas últimas duas décadas (2000 - 2020)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021.

O uso intensivo de agrotóxicos na produção de alimentos é prejudicial não apenas através do consumo humano, como também no trabalho na lavoura e o contato direto com os pesticidas. Vemos assim, a problemática de seu uso no que tange a segurança alimentar e a segurança do trabalho sobre uma questão de saúde pública. Contudo, a narrativa da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, segundo (Cordeiro, 2019), também vem sendo apropriada pelo mercado que vende a cultura da alimentação saudável e da produção sustentável.

O presidente Jair Bolsonaro também foi responsável, em 2019, pela suspensão de novos contratos para linhas de crédito através do PRONAF.

A pandemia causada pela *Covid-19* atingiu o Brasil no final de fevereiro de 2020, com o registro do primeiro caso confirmado da doença. O isolamento social foi a estratégia adotada por vários países na tentativa de conter a disseminação da doença. No Brasil, o governo federal sempre foi contrário ao isolamento social e as medidas de contenção da doença via quarentena, numa perspectiva negacionista,

estimulando o contágio da população via “imunidade de rebanho”. Mesmo assim, vários governadores e prefeitos foram favoráveis ao isolamento social e a decretação de quarentena, com os setores secundário e terciário da economia inoperantes (exceção aos serviços essenciais). Como resultado houve um agravamento da crise interna do país, o aumento do desemprego e da inflação (em decorrência de um aumento nas inadimplências). Esses fatores reforçaram a desvalorização da moeda nacional (real frente ao dólar americano), que resultou no constante aumento do preço dos combustíveis ao longo da crise sanitária, bem como das mercadorias e dos alimentos, por consequência.

Logo, verificamos que a conjuntura se consolidou sob o entrelaçamento de dois cenários: o avanço das políticas neoliberais, voltadas a um estado mínimo, cuja economia deveria ser regulada pelo mercado; e a crise sanitária e suas consequências não apenas para economia do país, mas para a sociedade. As inseguranças geradas como efeito do isolamento social, o arrefecimento da economia e a pressão popular, forçaram o Governo Federal a propor uma medida para mitigar os efeitos diretos da crise, dando origem ao Auxílio Emergencial, como uma proposta de renda mínima às famílias mais vulneráveis durante o combate à pandemia.

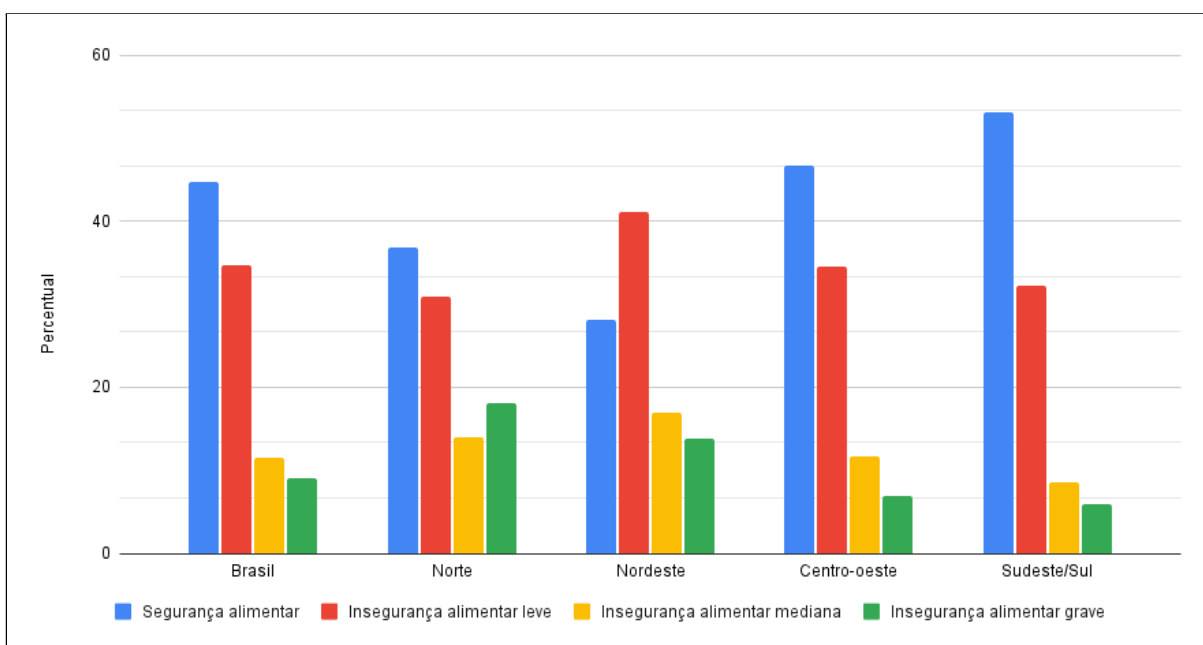
A Rede Brasileira de Pesquisas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) é uma instituição independente que integra estudantes e pesquisadores de todo o país, com o objetivo de exercer uma pesquisa cidadã comprometida com a superação da fome e a promoção da soberania alimentar (PENSSAN, 2021, p. 4).

A instituição publicou em 2021, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. O documento apresenta as condições de insegurança alimentar pelo país, em meio a ocorrência da crise sanitária. A pesquisa foi desenvolvida a partir da aplicação de entrevistas e coleta de dados nas cinco regiões do Brasil, utilizando amostras quantitativas das populações regionais. As entrevistas ocorreram por todos os estados e na capital federal,

atravessando 128 municípios e 2.180 domicílios, sendo estes, 1.662 urbanos e 518 rurais.

Os resultados do inquérito demonstraram que ao menos 55,2% da população enfrenta algum grau de insegurança alimentar (equivalente a 116 milhões de brasileiros), sendo que destes, 9% têm tido que conviver ou enfrentar a fome cotidianamente (aproximadamente 19 milhões de pessoas), dado que pode ser observado no gráfico 3 (PENSSAN, 2021, p.38).

Gráfico 3: Insegurança alimentar no Brasil ao longo da pandemia da Covid-19



Fonte: Rede PENSSAN, 2021.

Estima-se que no ano de 2020, 68 milhões de brasileiros contaram com o auxílio emergencial e no ano de 2021, 39 milhões, redução de 57,3%. Os pagamentos se iniciaram em abril de 2020, no valor de R\$600,00, e a duração prevista para três meses. O benefício vem sendo prorrogado devido ao prolongamento da pandemia e do isolamento social, no entanto, com valores abaixo do original, entre R\$300,00 e R\$150,00 (BRASIL, 2021).

Cardoso (2020, p. 1055) ressalta que o público-alvo são, microempreendedores individuais (MEI), trabalhadores autônomos e informais, e

inscritos no CadÚnico. Todavia, o autor também indica os critérios excludentes do auxílio, como idade, renda, emprego formal ativo, titular de benefícios previdenciários ou assistenciais, bem como programas de transferência de renda do governo federal (exceto beneficiários do Bolsa Família).

Programas de renda mínima, como o auxílio emergencial, são extremamente necessários em momentos de crise como a que está em curso, ainda que com suas limitações. Ainda sim, verificamos que mais da metade da população está enfrentando algum grau de insegurança alimentar. O espaçamento entre as parcelas e a redução do valor do auxílio, ocorrem em descompasso com a retomada das atividades do setor secundário e terciário, assim como o reaquecimento da economia nacional.

Em perspectiva, muitas ações e parcerias entre diferentes entidades sobre diferentes escalas se iniciaram, voltadas à segurança alimentar de populações vulneráveis durante a crise sanitária. Para compreender a influência e a representatividade desses diferentes agentes, que possuem naturezas diversas, foi realizada uma varredura de notícias envolvendo ações e campanhas voltadas à arrecadação de alimentos destinada à população vulnerável nos 5.568 municípios do Brasil.

Araújo (1991) defende em seu artigo que informação possui e exerce um caráter político na sociedade. Podemos então notar que as ações e iniciativas dos diferentes agentes, por exemplo, prefeitos, governadores, entidades, são publicadas como uma estratégia para se promover, independente de seus interesses. Logo os dados que apresentamos, não abrangem a totalidade das campanhas para arrecadação de alimentos no país, contudo, é capaz de expressar qualitativamente quem são os envolvidos e possibilita comparações entre as unidades da federação, utilizando a informação como parâmetro de equivalência.

No indexador de notícias do Google, foram consultadas mais de 2.400 páginas de notícias em todo o Brasil. As buscas eram realizadas utilizando as palavras chaves “doação de alimentos” seguida do nome de um município. O processo foi realizado para todos os municípios do país, verificando as notícias e

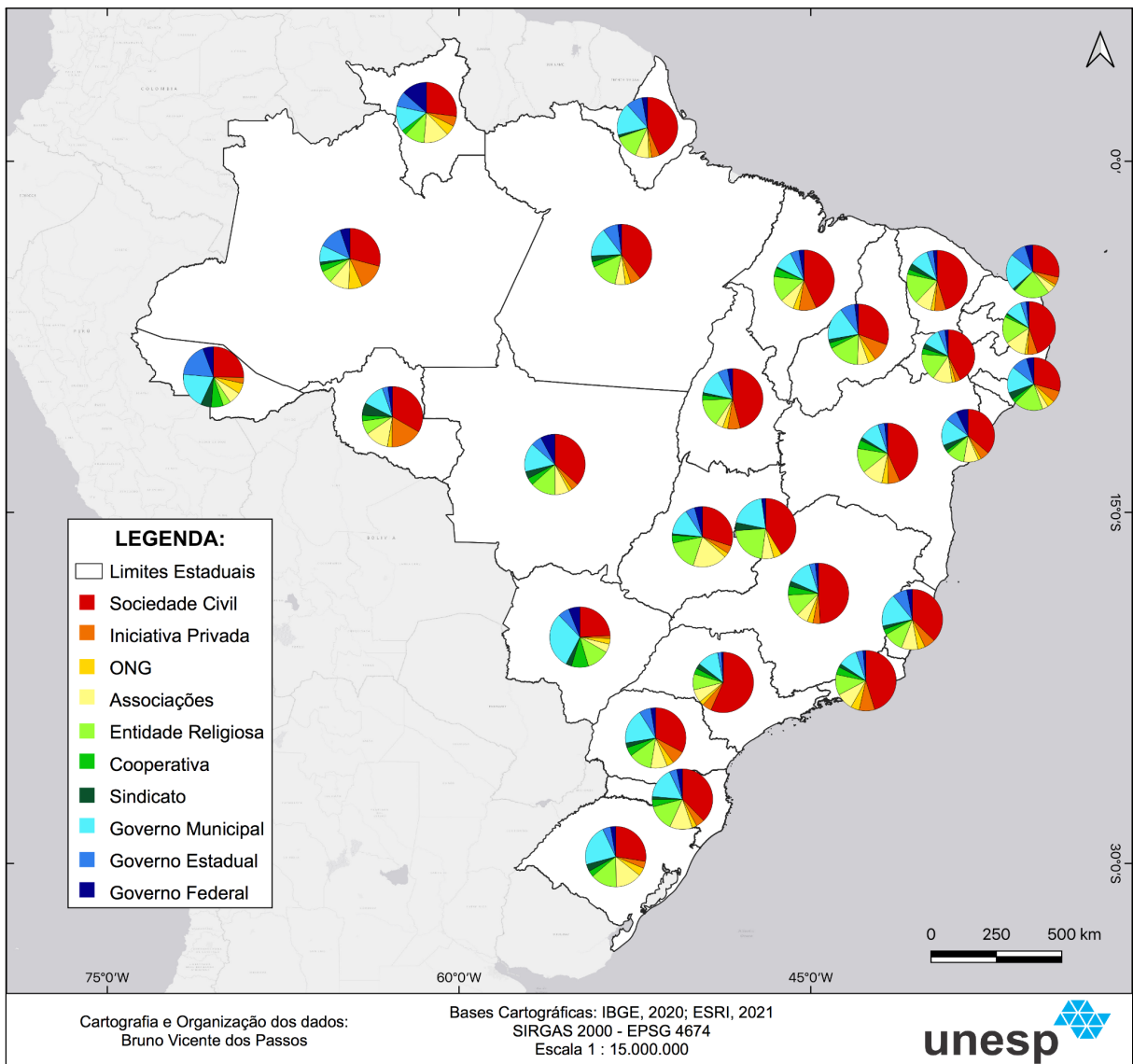
compilando as informações em um banco de dados no Microsoft Excel (Apêndice I), sendo que o período entre as notícias analisadas vai de março de 2020 até setembro de 2021.

As informações do banco de dados passaram por geoprocessamento através do software QGIS (3.14), representando através de diagramas e cartogramas, o envolvimento das diferentes entidades que atuaram a favor da segurança alimentar na ocorrência da pandemia para o período indicado, principais itens doados, bem como o volume dos dados coletados.

O mapa 4 destaca o engajamento da sociedade civil ao longo da pandemia, à frente de um conjunto de ações para arrecadação e distribuição de alimentos, vestimentas e produtos de higiene pessoal, se mostrando majoritária em todas as unidades da federação. Além disso, é possível verificar as nuances da informação em cada estado, compreendendo que as iniciativas coordenadas pelo poder público e por entidades religiosas são expressivas em grande parte do país. Por outro lado, notamos o baixo envolvimento do Governo Federal na adoção de políticas territoriais para mitigação da problemática, com maior protagonismo para o Governo Municipal, especialmente na região Sul do Brasil.

Em grande parte das notícias analisadas, verificamos que a sociedade civil se articula às entidades religiosas, associações e projetos dos Governos Municipais, mas inobstante, houveram iniciativas completamente independentes, formadas por certos grupos determinados a contribuir mediante a crise sanitária, por exemplo, funcionários da polícia civil de variados municípios brasileiros idealizaram e realizaram campanhas independentes para arrecadação e distribuição de alimentos, itens de higiene e de vestuário.

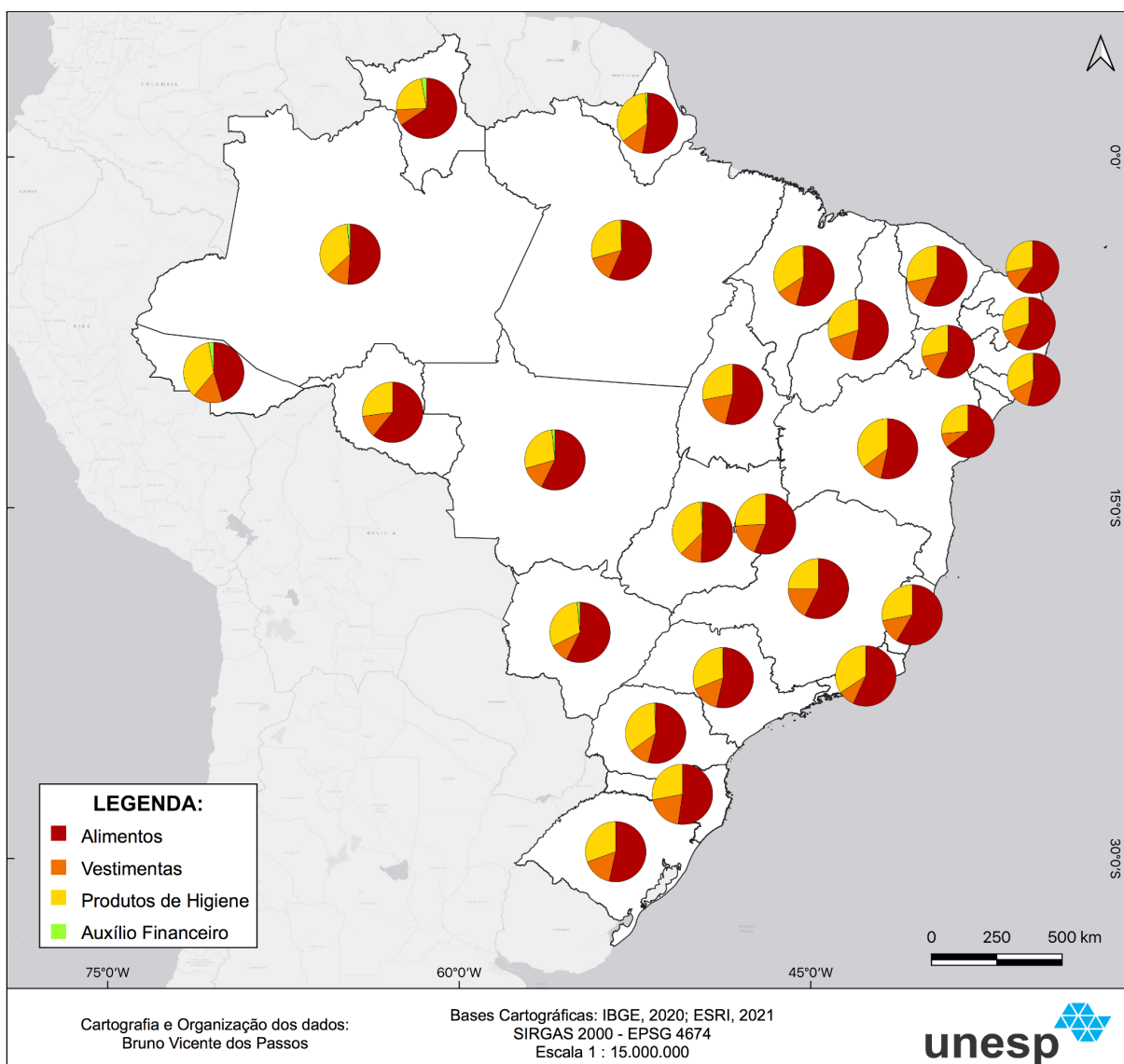
Mapa 4: Principais entidades envolvidas em campanhas de segurança alimentar durante a pandemia (03/2020 – 09/2021)



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O mapa 5 apresenta as principais doações entre as notícias coletadas para a pesquisa, destacando-se entre as unidades da federação a doação de alimentos e produtos de higiene pessoal ao longo da pandemia.

Mapa 5: Principais doações em campanhas de segurança alimentar durante a pandemia (03/2020 – 09/2021)

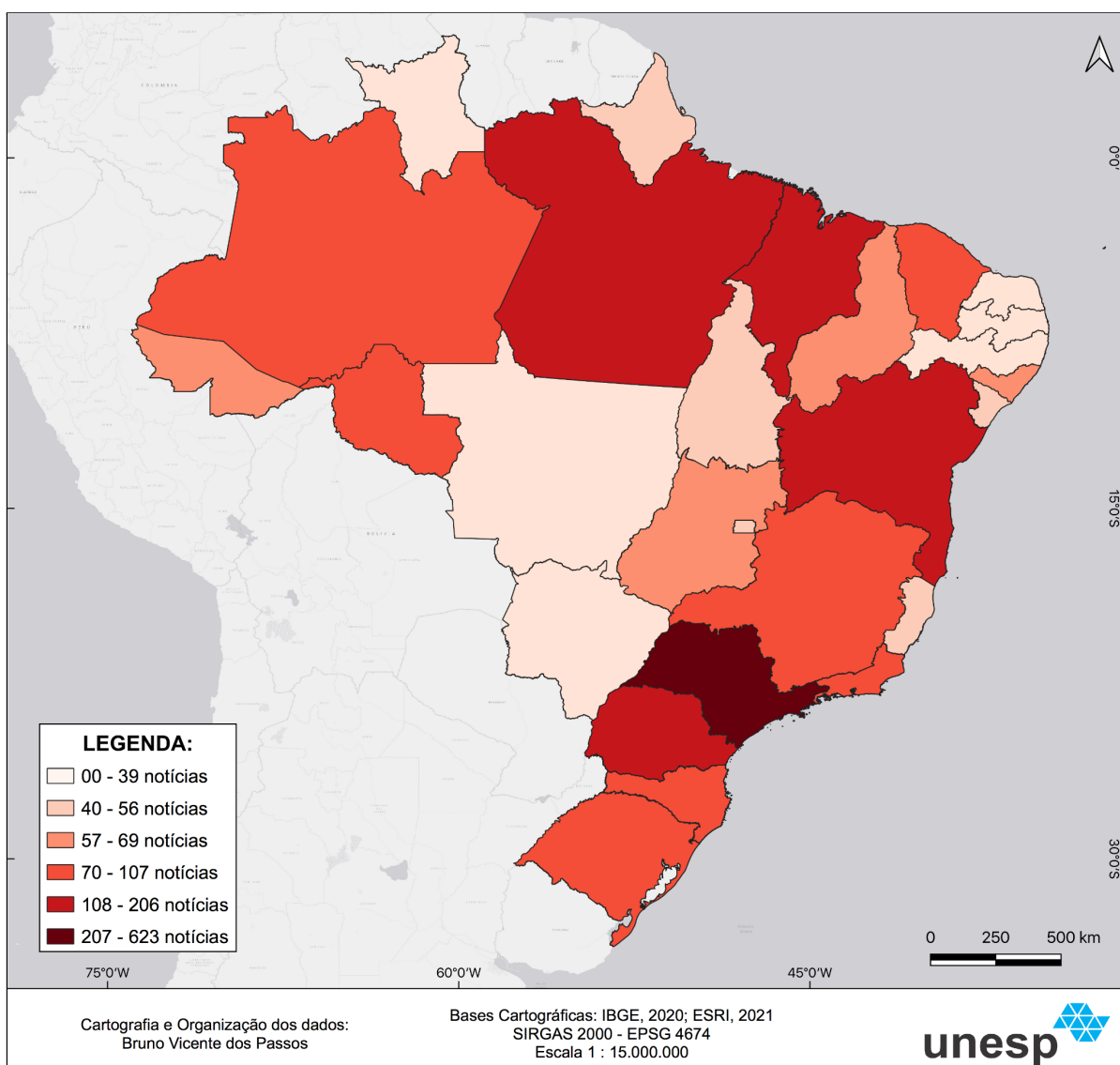


Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O mapa 6 denota o volume de dados coletados por unidades da federação. Ele demonstra que São Paulo detém o maior número de notícias registradas sobre campanhas de doação de alimentos. Porém, vale ressaltar que este é o estado mais populoso do país. Já os estados das regiões Nordeste e Centro-oeste, abarcam o menor volume de dados, contudo, tratam-se de estados menos populosos. A leitura das notícias também demonstrou pouca articulação entre as entidades no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, em Goiás, na Paraíba e em Pernambuco. Desse modo, as ações são isoladas, as arrecadações são mais baixas, com o

protagonismo de determinados agentes, por exemplo, a Central Única das Favelas (CUFA) no Nordeste e no Centro Oeste e a Legião da Boa Vontade (LBV). Já na região Norte, estados do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, vê-se um engajamento bem articulado entre Governo Estadual, Governo Municipal, entidades e agentes da sociedade civil. Destaca-se o incentivo ao programa do Governo Federal, o PAA, mas também ações da sociedade civil, se organizando para realizar arrecadação de alimentos, itens de vestuário e higiene.

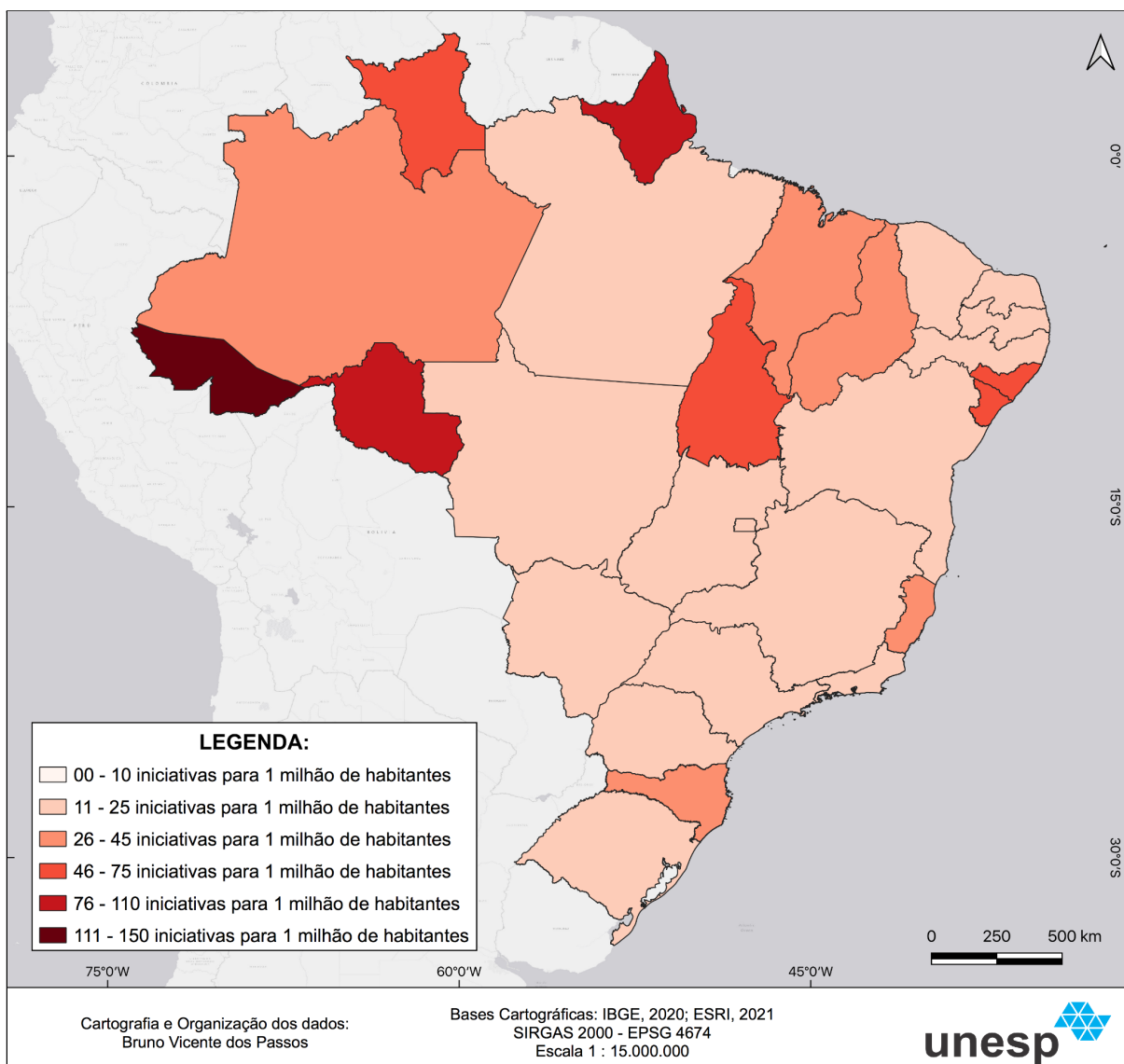
Mapa 6: Número de notícias registradas sobre as campanhas de segurança alimentar durante a pandemia (03/2020 – 09/2021)



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

No mapa 7, confrontamos o número de notícias de cada estado com sua população, a fim de enfatizar as afirmações apresentadas no parágrafo anterior. Ainda que São Paulo detenha o maior número de notícias registradas, o total de iniciativas frente a sua população é proporcionalmente menos expressivo do que de estados da região Norte do Brasil.

Mapa 7: Relação entre o total de notícias das campanhas de segurança alimentar durante a pandemia (03/2020 - 03/2021) e a população de cada estado (2020)



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Entre as entidades envolvidas em campanhas de segurança alimentar durante a pandemia, algumas se destacaram comparecendo nas cinco regiões brasileiras. São elas: as ONGs Ação da Cidadania e a CUFA, que coordenaram movimentos em todo o Brasil, com o apoio da sociedade civil; o programa Mesa Brasil, realizado pelo Sesc em parceria com o Senac, presente em todas unidades da federação; assim como a LBV, entidade religiosa beneficente; e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), muitas vezes em parceria com Cooperativas e Associações. O PAA, também foi um programa importantíssimo em meio a crise sanitária, especialmente na região norte. Os excedentes agrícolas são comprados pelas prefeituras dos produtores locais vinculados ao programa, para distribuição de cestas de alimentos às famílias carentes.

É importante reiterar que o conjunto de iniciativas adotadas não excluem os dados publicados no Inquérito Nacional de Alimentação e Covid-19 pela Rede PENSSAN (2021). Ou seja, a conjuntura de um estado neoliberalista, ao se deparar com a crise, foi forçada a assumir uma postura levemente inclinada ao bem estar social. Entretanto, nos últimos anos (desde o governo Temer) está ocorrendo um afastamento entre o governo federal e as políticas de segurança alimentar, que pode conduzir o país para um retorno ao mapa global da fome, fato que acabou ocorrendo em 2018, representando um retrocesso para o Brasil.

Em agosto de 2021 é publicada a Medida Provisória (MP) nº 1.061/2021, que extingue os programas Bolsa Família e PAA, substituindo-os pelos programas Bolsa Brasil e Alimenta Brasil (BRASIL, 2021).

Verifica-se que a mudança no paradigma político nacional, representou um retrocesso quanto às políticas de bem estar social e de segurança alimentar e nutricional. Na mesma medida, o poder de consumo da população era reduzido. A crise sanitária agravou essa situação, e a ineficiência do poder público em contê-la resulta em um percentual de 9% da população em situação grave de insegurança alimentar (fome).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto percorrido ao longo da pesquisa demonstrou o lento progresso do Brasil quanto às problemáticas sobre segurança alimentar e nutricional, até sua saída no mapa global da fome da FAO em 2014 e seu retorno em 2018. Foram analisados 75 anos de história e políticas públicas, desde a publicação da obra de Josué de Castro em 1946, que tinha o tabu da fome como objeto central, até os efeitos da política neoliberalista concomitante à ocorrência da crise sanitária.

Não há dúvidas de que Castro foi o primeiro expoente no cenário nacional a tratar do assunto numa perspectiva social e política. As obras Geografia da Fome (1946) e Geopolítica da Fome (1951) contribuíram com a idealização das primeiras políticas públicas que atuaram no sentido de mitigar os efeitos deste espectro no país, por exemplo, com a obrigatoriedade da iodação do cloreto de sódio em áreas bocígenas do país (1953), e a Política Nacional de Merenda Escolar (1954).

O autor afirmava que a fome não é causada pela baixa produção de alimentos, mas sim por questões políticas, como uma estratégia de controle social, reforçando as desigualdades sociais, a fim de manter o *status* das classes dominantes. Castro atuou como presidente da FAO e foi Deputado Federal por dois mandatos consecutivos. Com o golpe militar de 1964, precisou se refugiar na França.

No início do regime militar, viu-se a adoção de regulamentações concernentes ao uso dos imóveis rurais e o direito à propriedade, devido aos conflitos que ocorriam na época relacionados a essa problemática. Porém, como Andrade (1979) argumentou, o governo da época privilegiou a formação de latifúndios, a modernização tecnológica e a produção voltada para os mercados externos em detrimento das pequenas propriedades rurais com a produção para o mercado interno. Outros programas foram instituídos nos anos que seguiram, entre eles o PAT (1976), INAN (1976) e PNIAM (1981). No entanto, foi o fim da ditadura militar

que trouxe à agenda política do país a retomada pela sociedade civil dos diálogos sobre a fome e o desemprego, conforme apontou Vasconcelos (2005).

Ao final da década de 1980 foi publicada a nova Constituição Federal, concomitante a realização de pesquisas sobre orçamentos familiares (POF) que tinham como objetivo orientar o planejamento regional e a elaboração de políticas públicas. Inobstante, entidades e a sociedade civil organizada, começam a se engajar em movimentos realizando ações a favor da segurança alimentar e da saúde coletiva.

Surgiu em 1993, a ONG Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida, fundada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), a entidade se mantém até então preservando o slogan original “Quem tem fome tem pressa”. Tal instituição é responsável pelas campanhas nacionais Brasil sem fome, Natal sem fome, Hortas Comunitárias, entre outras, e está diretamente envolvida com a formulação de políticas públicas através do CONSEA.

Em 1996 foi instituído o PRONAF, oferecendo linhas de crédito para agricultores familiares investirem na produção de alimentos, vendidos posteriormente no preço do mercado para instituições locais. Apesar de suas problemáticas e controvérsias, o programa ofereceu a possibilidade de modernização para a agricultura camponesa no Brasil.

O Bolsa Alimentação foi um programa de renda mínima implantado no segundo mandato do governo FHC. Contudo, o Programa Fome Zero, iniciado em 2003 com o governo Lula, consolidou um conjunto de políticas voltadas à erradicação da miséria e a segurança alimentar. Como exemplo, o Bolsa Família (2004), que foi um programa de transferência de renda direta da União, e perdurou por 18 anos. Já o PAA (2003), buscou aproximar e facilitar a inserção de pequenos agricultores no mercado.

Foi um conjunto de políticas inclinadas ao bem estar social e qualificação profissional que surgiram nos governos Lula e Dilma, que resultaram no aumento do poder de consumo da população, e viabilizaram assim, o percentual de fome

endêmica mais baixo da história do país, conforme as projeções no mapa global da fome da FAO (2015).

Embora o país tenha conseguido numerosos avanços através de políticas públicas, o golpe de 2016 marca uma mudança de paradigma na conduta política nacional, voltado ao neoliberalismo e, portanto, a favor de uma lógica de mercado, com baixa intervenção do estado na economia e na seguridade social. Ademais, entre os últimos anos, houve os maiores índices de registro e aprovação para uso de agrotóxicos da história do país. Retomamos neste ponto as contribuições de Castro (1984) sobre a fome enquanto um espectro político. O avanço do neoliberalismo representaria a tentativa das classes hegemônicas de reafirmar sua dominância, em contra corrente às políticas sociais implantadas nos governos Lula e Dilma, garantindo a manutenção da desigualdade social.

Com a crise sanitária, o arrefecimento da economia interna e o preço por paridade internacional, o país foi afetado por uma forte crise econômica, estreitando o poder de consumo da população. As ações ineficientes do governo federal e a atitude negacionista levaram o país a atingir a marca de mais de 630 mil mortes (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2022) e 55,2% da população em situação de insegurança alimentar (PENSSAN, 2021).

O engajamento entre sociedade civil, instituições públicas, privadas, não governamentais e comunidade científica pelas cinco regiões do país, é de extrema importância no que compete ao enfrentamento do tabu da fome. O diálogo deve estabelecer estratégias para mitigação dos quadros de insegurança alimentar e nutricional a partir da redução das desigualdades sociais e erradicação da miséria, sobre vias democráticas. O mapa 4 demonstrou os principais agentes que atuaram ao longo da pandemia e sua representatividade em cada unidade federativa.

Mediante as contribuições de Josué de Castro e de Betinho (entre outros tantos), para tratar a fome, por que apesar da criação de tantas instituições e políticas públicas pelo governo federal, a fome sempre esteve presente na vida de tantos brasileiros? Não seria por conta da grande desigualdade social existente no

país, da concentração fundiária e da dificuldade de parcela da população em ter acesso à cidadania?

A pesquisa aponta que o país sempre possuiu grande potencial de produção agrícola, contudo, sempre esteve inclinada ao mercado externo. Grandes latifúndios destinam sua área à pastagem e a plantações de monoculturas, especialmente a soja, que nas últimas duas décadas, é o principal produto agrícola exportado pelo Brasil. Também verificamos como a redução dos quadros de fome esteve diretamente associada à incorporação de políticas para promoção da cidadania e a redução das desigualdades.

Considerando estes elementos, é razoável afirmar que a fome no Brasil é também um resultado da atuação da lógica de mercado sobre a produção agrícola e agropecuária, estimulando a concentração da propriedade da terra na mão de poucos grandes produtores, cuja produção não é voltada à segurança alimentar dos brasileiros. Não obstante, ela existe em função da manutenção das desigualdades sociais, promovida por agentes políticos e econômicos como estratégia de dominação, reiterando as colocações de Castro (1984), a fome como uma estratégia de poder. Assim como propôs Demo (2000, p. 320), “o sistema não teme o pobre que tem fome. Teme o pobre que sabe pensar “. De acordo com o autor, não é a miséria material que favorece o neoliberalismo, e sim a ignorância.

Em conclusão, ainda que resolver o problema da fome seja uma ação colaborativa e que envolva toda sociedade, acabar com a fome no Brasil, exigiria uma ação intensiva do governo federal através da criação de políticas públicas para segurança alimentar e nutricional, como propôs Betinho, mas também para promoção da cidadania. No caso brasileiro, o Programa Fome Zero é o exemplo que melhor se aproxima da colocação. É preciso, novamente, uma mudança de paradigma na conduta política do estado, voltada à população em uma atuação que promova integração e bem estar social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO DA CIDADANIA. **Nossos Projetos por principais áreas de atuação**. 2021. Disponível em: <<https://www.acaodacidadania.org.br/nossos-projetos>>. Acesso em: 10/02/2022.

ALESSI, Gil. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. **El País**. São Paulo. 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html>. Acesso em: 10/02/2022.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 116 p.

ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ciência da informação**, v. 20, n. 1, 1991.

BLANCO, Lis Furlani. Alguns apontamentos sobre a transformação da fome a partir da trajetória social do programa Fome Zero. **Revista Ingesta**, v. 1, n. 2, p. 112-113, 2019.

BELIK, Walter. SILVA, José Graziano. TAKAGI, Maya. Políticas de Combate à Fome no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva** n.15. dezembro de 2001. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400013>>.

BETTO, Frei. A fome como questão política. **Estudos Avançados**, v. 17, p. 53-61, 2003.

BRASIL. Lei nº 1.944, de 14 de agosto de 1953. **Torna obrigatória a iodetação do sal de cozinha destinado ao consumo alimentar nas regiões bocígenas do país**. Senado Federal, 1953. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1944-14-agosto-1953-372447-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 09/02/2022.

_____. Lei delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962. **Organiza a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e dá outras providências**. Brasília. Presidência da república, 1962. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leidel/1960-1969/leidelegada-5-26-setembro-1962-364959-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 09/02/2022.

_____. Decreto nº 52.819, de 12 de novembro de 1963. **Aprova os atos constitutivos e os Estatutos da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e dá outras providências**. Brasília. Presidência da república, 1963. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52819-12-novembro-1963-392662-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em: 09/02/2022.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.** Brasília. Presidência da república, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.,e%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Agr%C3%ADcola.>. Acesso em: 09/02/2022.

_____. Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965. **Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra.** Brasília. Presidência da república, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d55891.htm> acesso em: 09/02/2022.

_____. Decreto nº 61.975, de 27 de setembro de 1967. **Declara extinto o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), cria comissão liquidante do órgão e dá outras providências.** Brasília. Presidência da república, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61975-27-dezembro-1967-403158-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em: 09/02/2022.

_____. Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972. **Regulamenta o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento.** Brasília. Presidência da república, 1972. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D70502.htm> acesso em: 09/02/2022.

_____. Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972. **Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências.** Brasília. Presidência da república, 1972. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5829.htm#:~:text=LEI%20No%205.829%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201972.&text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20de,e%20sanciona%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=III%20%2D%20funcionar%20como%20%C3%B3rg%C3%A3o%20central%20das%20atividades%20de%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20nutri%C3%A7%C3%A3o.> acesso em: 09/02/2022.

_____. Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976. **Dispõe sobre a dedução do lucro tributável para fim de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.** Brasília. Presidência da república, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6321.htm> acesso em: 09/02/2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Secretaria de Editoração e Publicações. Brasília. Senado Federal. 2014. 112 p.

_____. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e dá outras providências.** Brasília. Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm> acesso em: 09/02/2022.

_____. Lei nº 10.619, de 2 de julho de 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.** Brasília. Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm> acesso em: 09/02/2022.

_____. Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF).** Brasília. Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm> acesso em: 09/02/2022.

_____. **Fome Zero:** uma história brasileira. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. 190 p. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>>. Acesso em: 04/02/2022.

_____. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. **Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.** Brasília. Presidência da República, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm> acesso em: 09/02/2022.

_____. Medida provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. **Institui o programa Auxílio Brasil e Alimenta Brasil e dá outras providências.** Brasília. Presidência da República, 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>> acesso em: 09/02/2022.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Ideologias econômicas e democracia no Brasil. **Estudos avançados**, v. 3, n. 6, p. 46-63, 1989.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1052-1063, 2020.

CARVALHO, Luciana Rodriguez Teixeira de; SHIMIZU, Helena Eri; GARRAFA, Volnei. Geografía y geopolítica del hambre: bioética en la obra de Josué de Castro. **Revista Bioética**, v. 27, p. 143-152, 2019.

CASA CIVIL. **Mais de 39 milhões de famílias receberam a primeira parcela do auxílio emergencial em 2021.** Presidência da República. 07 de maio de 2021.

Disponível em:
<<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/mais-de-39-milhoes-de-familias-receberam-a-primeira-parcela-do-auxilio-emergencial-2021#:~:text=A%20primeira%20parcela%20do%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%202021%2C%20do%20Governo%20Federal,n%C3%BAmero%20de%20integrantes%20por%20fam%C3%ADlia>>. Acesso em: 10/02/2022.

CASSAL, Vivian Brusius et al. Agrotóxicos: uma revisão de suas consequências para a saúde pública. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 1, p. 437-445, 2014.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro/RJ: Casa do Estudante do Brasil. 3ª edição. 1955. 354 p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro/RJ: Edições Antares; 10ª edição. 1984. 348 p.

CASTRO, Josué de. O ciclo do carangueijo. In: **A nova democracia**. Ano IV, nº 27. Novembro de 2005. Disponível em:
<<https://anovademocracia.com.br/no-27/558-o-ciclo-do-carangueijo>> acesso em: 09/02/2022.

CODEIRO, Juliana Dias Rovari. O Agrotóxico não é pop: como as narrativas hegemônicas e contra-hegemônicas constroem os processos de comunicação entre campo e cidade. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 2, p. 220-242, 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Série histórica das safras**. [s.l.]. [s.d]. Disponível em:
<<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>>. Acesso em: 10/02/2022.

CORTEZ, Ana Carolina. Para especialistas, a PEC 241 ataca só parte do problema. **El País**. São Paulo. 16 de dezembro de 2016. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/16/economia/1466032886_171069.html>. Acesso em 10/02/2022.

DEMO, Pedro. Conhecimento e aprendizagem: atualidade de Paulo Freire. 2000. In: TORRES, Carlos Alberto. **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO. p. 295 - 322. 2001.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história da Ação Popular nas memórias de Herbert de Souza. **Diálogos**, v. 11, n. 3, p. 163-198, 2007.

Dicionário **Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

EMBRAPA. **Soja em números (safra 2020/21)**. Brasília: s.d. 2022. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 10/02/2022.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **Arroz e feijão, livros e discos: história e memórias do serviço de alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)**. 2012. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA. **Combate à fome: 75 anos de políticas públicas**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2021. Disponível em: <<http://geografiadafome.fsp.usp.br/combate-a-fome-75-anos-de-politicas-publicas/>>. Acesso em: 10/02/2022.

FAO. **FAO Hunger Map 2010: Prevalence of undernourishment in developing countries**. 2010. Disponível em: <https://www.fao.org/fileadmin/templates/es/Hunger_Portal/Hunger_Map_2010b.pdf> acesso em: 10/02/2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **JOSUÉ DE CASTRO: Vida e Obra**. São Paulo/SP: Expressão Popular. 2000.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **PNAE “sobre o programa”**. s.l.; s.d. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico?tmpl=component&print=1/>>. Acesso em: 10/02/2022.

GAUTO, Marcelo; DELGADO, Fernanda; COUTO, Márcio. O paradoxo dos preços dos combustíveis. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 75, n. 02, p. 44-47, 2021

GIRARDI, Eduardo Paulon. A AGRICULTURA NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. [s.l.], 2009. Disponível em: http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/a-agricultura-na-ocupacao-do-territorio. Acesso em: 02/01/2022.

G1. Número de agrotóxicos registrados em 2020 é o mais alto da série histórica. **Agro**. 14 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml>>. Acesso em: 10/02/2022.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Políticas Públicas Dirigidas Al Medio Rural Brasileño: el caso del Pronaf. In: VELÁZQUEZ, Yanga Villagómez et al. (org). **Territorios e Actores Rurales Latinoamericanos: Nuévas practica e nuevos modelos de géston**. Zamora, Michoacán: Colegio de Michoacán, Université de Tolouse II, Pontificia Universidad Javeriana, p. 55 - 75, 2011.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, p. 469-483, 2013.

IPEA. **Plano de Combate à Fome e a Miséria**: Princípios, Prioridades e Mapas das Ações de Governo. Brasília. Comissão Especial para Propor Medidas de Combate à Fome o Desemprego e a Recessão. Abril de 1993.

LETRAS. **Comida - Titãs**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/titas/91453/>> acesso em: 09/02/2022.

_____. **Da Lama ao Caos - Nação Zumbi**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/nacao-zumbi/77655/>> acesso em: 09/02/2022.

_____. **Fome Come - Palavra Cantada**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/palavra-cantada/240281/>> acesso em: 02/02/2022.

_____. **Gente - Caetano Veloso**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44729/>> acesso em: 09/02/2022.

_____. **Quem tem fome tem pressa - Ação Cidadania**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/acao-cidadania/quem-tem-fome-tem-pressa/>> acesso em: 02/02/2022.

_____. **Reis do Agronegócio - Chico César**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/chico-cesar/reis-do-agronegocio/>> acesso em: 09/02/2022.

LIMA, Luciano Luz de. **Dependência e Política**: A alteração dos condicionantes externos da dependência e o Golpe de 2016. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020a.

LIMA, Roberta Oliveira. Somos os filhos da (R)evolução? Agrotóxicos, transgênicos, biofortificação e conflitos socioambientais face à segurança alimentar e ambiental. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 1, p. 120-141, 2020b.

LUZ, Verônica Gronau et al. (In) segurança alimentar e nutricional, autopercepção da saúde e uso de agrotóxicos: o caso dos agricultores familiares de Ibiúna, São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 22, n. 2, p. 729-741, 2015.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome**: uma (re)leitura de Josué de Castro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 92 p.

MARETTI, Eduardo. Projeto iniciado por Temer e seguido por Bolsonaro desintegra a Petrobrás e o povo paga o preço na bomba. **Rede Brasil Atual**. São Paulo. 24 de janeiro de 2020. Disponível em:

<<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/01/preco-petrobras-combustivel/>>. Acesso em: 10/02/2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agrotóxicos**. Governo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos>>. Acesso em: 02/01/2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimento-s-paa>>. Acesso em: 10/02/2022.

_____. **O Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo a FAO**. [s.l.]. 16 de set. 2014. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>>. Acesso em: 09/02/2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Alimentar para a População Brasileira: Promovendo Alimentação Saudável**. Brasília. 2008. 210 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf>. Acesso em: 10/02/2022.

_____. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília. 2ª ed. 2008. 48 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao_2ed.pdf>. Acesso em: 07/10/2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília. Setor de Embaixadas do Norte. [s.l.]. 18 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12/02/2022.

NOGUEIRA, Daniela; MILHORANCE, Carolina; MENDES, Priscylla. Do Programa Um Milhão de Cisternas ao Água para Todos: divergências políticas e bricolagem institucional na promoção do acesso à água no Semiárido brasileiro. **IdeAs. Idées d'Amériques**, n. 15, 2020.

NOLASCO, Igor Felix Pinheiro. **Análise política e econômica do governo Figueiredo e a agonia do fim da ditadura militar brasileira**. 2017. Trabalho de Graduação em Relações Internacionais - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

NORMAS LEGAIS. **Dúvidas mais comuns sobre o PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador**. [s.l.]. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/trabalhista/pat.htm>> acesso em: 10/02/2022.

ODM Brasil. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. [s.l.]. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Último acesso em: 04/07/2021

DE OLIVEIRA SANTOS, Maria Roseniura. A retomada do programa neoliberal no governo Temer e seus possíveis impactos sobre a auditoria fiscal do trabalho brasileira. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 239, p. 795-812, 2017.

PENSSAN. Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil. **Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Abril de 2021. Disponível em: <<http://www.olheparaafome.com.br>>. Acesso em: 12/02/2022.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Os limites da "abertura" e a sociedade civil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 23, n. 4, p. 05-14, 1983.

RIGOTTO, Raquel Maria et al. Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 1360-1362, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1979. 192 p.

REIS, Tiago. Estado mínimo: o que diz a ideia de reduzir as funções do estado. **Suno Artigos**. São Paulo. 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/estado-minimo/>>. Acesso em: 10/02/2022.

SÁ, Xico. DETTMAR, Ubirajara. **A Nova Geografia da Fome**. Fortaleza: Editora Tempo D'imagem. 2003.

SANTOS, Luiz Cláudio. **Da Geografia da Fome ao Fome Zero**: Contribuições ao estudo da fome no Brasil. Tese de Doutorado para o Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro. Rio Claro, 2009.

SENRA, Kelson Vieira. **Políticas federais de desenvolvimento regional no Brasil**: uma análise comparada dos períodos pós-guerra (1945-1964), pós-golpe militar (1964-1988) e pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009). 2009. Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

SILVA, Henry Marcelo Martins. Café, imigração e urbanização no interior paulista. **Fato & Versões-Revista de História**, v. 5, n. 9, 2013.

STOPPELLI, Illona Maria de Brito Sá; MAGALHÃES, Cláudio Picanço. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 91-100, 2005.

SOUZA, Herbert de. **Plano de Combate à fome e à miséria**. Brasília: IPEA, [s.d].
44 p. Disponível em:

<<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10565/1/Plano%20de%20Combate%20a%20Fome%20e%20Mis%c3%a9ria.pdf>>. Acesso em: 10/02/2022.

TAKAGI, Maya. **A Implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. 2006. Tese de Doutorado em Geografia - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Combate a Fome no Brasil: Uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição** n.18 v.4. agosto de 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>>

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. **História, Ciências, Saúde** v. 11. pág. 259-277, maio-ago. 2004.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 2710-2717, 2008.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; VASCONCELOS, Mariana Perrelli; VASCONCELOS, Iris Helena Guedes de. Fome, comida e bebida na música popular brasileira: um breve ensaio. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p.723-741.

WORLD FOOD PROGRAMME. Hunger Map 2015. **FAO**. 2015. Disponível em: <https://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp268726.pdf?_ga=2.37617504.1354962436.1643340051-920649835.1643340051>. Acesso em: 21/01/2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Newsroom**. 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room>> acesso em: 10/02/2022.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki. A questão da reforma agrária no governo João Goulart. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 27, n. 1, p. 69-86, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004.

ZÉ, Tom. Costume de Comer. In: SÁ, Xico. DETTMAR, Ubirajara. **A Nova Geografia da Fome**. Fortaleza: Editora Tempo D'imagem. 2003. Prefácio.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRÃO, Luciano Rogério do Espírito Santo. O espectro da fome. Se metade da humanidade não dorme, é por medo da outra metade que não come. **Revista Pegada** v.10 n.1. 2009.

BRUNA, Maria Helena Varella. Bócio (papo). In: BRUNA, Maria Helena Varella. **Drauzio**. 13 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/bocio-papo/>> acesso em: 09/02/2022.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 232 p.

MELLO, Maria Conceição Dincao. **O Bóia Fria: Acumulação e Miséria**. Petrópolis: Editora Vozes; 3ª edição. 1976.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da Escravidão até Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Editora Estação Brasil, 2019. 272 p.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **A Nova Geografia da Fome e da Pobreza**. Rio de Janeiro/RJ: Editora José Olympio. 2004.

APÊNDICE I: VOLUME DE NOTÍCIAS COLETADAS POR UNIDADES FEDERATIVAS

Volume de notícias ligadas às ações de segurança alimentar durante a pandemia da
Covid-19 (Sociedade Civil e Iniciativa Privada)

Estado	Sociedade Civil	Iniciativa Privada
Acre	31	4
Alagoas	33	8
Amapá	30	3
Amazonas	39	19
Bahia	151	22
Ceará	67	9
Distrito Federal	19	0
Espírito Santo	38	6
Goiás	36	5
Maranhão	111	24
Mato Grosso	19	2
Mato Grosso do Sul	16	1
Minas Gerais	142	11
Pará	78	11
Paraíba	52	7
Paraná	63	14
Pernambuco	82	6
Piauí	31	10
Rio de Janeiro	119	22
Rio Grande do Norte	18	3
Rio Grande do Sul	51	7
Rondônia	55	28
Roraima	10	2
Santa Catarina	75	9
São Paulo	474	42
Sergipe	20	3
Tocantins	34	5

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Volume de notícias ligadas às ações de segurança alimentar durante a pandemia da Covid-19 (Entidades)

Estado	ONG	Associação	Entidade religiosa	Cooperativas	Sindicatos
Acre	7	8	5	8	7
Alagoas	5	4	20	3	5
Amapá	1	5	9	0	1
Amazonas	10	14	9	5	2
Bahia	12	39	46	16	6
Ceará	3	13	24	4	5
Distrito Federal	2	3	10	0	2
Espírito Santo	4	9	11	3	2
Goiás	3	22	20	5	1
Maranhão	8	19	35	12	2
Mato Grosso	1	4	7	2	2
Mato Grosso do Sul	2	3	8	6	2
Minas Gerais	9	18	34	14	8
Pará	6	11	29	6	6
Paraíba	2	15	19	2	1
Paraná	7	17	24	9	5
Pernambuco	4	23	32	7	6
Piauí	4	6	17	3	2
Rio de Janeiro	12	24	29	11	5
Rio Grande do Norte	1	3	14	0	1
Rio Grande do Sul	8	26	26	6	7
Rondônia	4	21	12	5	11
Roraima	2	5	4	1	0
Santa Catarina	5	24	28	8	3
São Paulo	19	59	71	27	23
Sergipe	1	5	6	1	2
Tocantins	2	3	11	2	1

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Volume de notícias ligadas às ações de segurança alimentar durante a pandemia da Covid-19 (Governos)

Estado	Governo municipal	Governo estadual	Governo Federal
Acre	24	22	7
Alagoas	18	11	5
Amapá	12	6	2
Amazonas	12	17	7
Bahia	38	12	6
Ceará	15	5	3
Distrito Federal	9	0	1
Espírito Santo	18	8	3
Goiás	17	6	5
Maranhão	26	12	7
Mato Grosso	8	3	4
Mato Grosso do Sul	20	4	4
Minas Gerais	39	9	5
Pará	31	16	4
Paraíba	12	4	2
Paraná	36	12	5
Pernambuco	21	8	4
Piauí	18	8	2
Rio de Janeiro	27	10	4
Rio Grande do Norte	14	6	3
Rio Grande do Sul	41	8	5
Rondônia	20	5	4
Roraima	5	3	5
Santa Catarina	33	8	6
São Paulo	96	17	8
Sergipe	9	4	4
Tocantins	10	4	2

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Principais doações ligadas às ações de segurança alimentar durante a pandemia da Covid-19

Estado	Alimentos	Vestimentas	Higiene	Financeiro
Acre	69	24	55	4
Alagoas	77	20	46	1
Amapá	51	12	33	1
Amazonas	93	22	64	3
Bahia	206	43	136	0
Ceará	99	26	49	0
Distrito Federal	28	9	13	0
Espírito Santo	48	11	23	0
Goiás	69	16	50	1
Maranhão	112	24	70	1
Mato Grosso	35	8	17	1
Mato Grosso do Sul	39	7	21	1
Minas Gerais	101	31	44	0
Pará	131	32	67	1
Paraíba	71	16	37	0
Paraná	114	23	73	1
Pernambuco	88	23	43	0
Piauí	67	21	38	0
Rio de Janeiro	96	15	58	0
Rio Grande do Norte	30	6	14	0
Rio Grande do Sul	107	32	61	0
Rondônia	92	18	41	0
Roraima	23	3	8	1
Santa Catarina	103	39	55	0
São Paulo	623	178	359	3
Sergipe	22	3	9	0
Tocantins	56	19	29	0

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

